



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
BACHARELADO EM GEOGRAFIA

FERNANDO FERREIRA DA COSTA

**LIGAS CAMPONESAS: SEU LEGADO E SUAS MARCAS NA CONSTRUÇÃO DE
UMA (RE)EXISTÊNCIA NO TERRITÓRIO DE BARRA DE ANTAS, SAPÉ - PB**

João Pessoa – PB

Julho de 2021

FERNANDO FERREIRA DA COSTA

**LIGAS CAMPONESAS: SEU LEGADO E SUAS MARCAS NA CONSTRUÇÃO DE
UMA (RE)EXISTÊNCIA NO TERRITÓRIO DE BARRA DE ANTAS, SAPÉ - PB**

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado
em Geografia da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para a
obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva

João Pessoa – PB

Julho de 2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C8381 Costa, Fernando Ferreira da.

Ligas Camponesas : seu legado e suas marcas na construção de uma (re)existência no território de Barra de Antas, SAPÉ-PB / Fernando Ferreira da Costa. - João Pessoa, 2021.

58 f. : il.

Orientação: Anieres Barbosa da Silva.

TCC (Graduação/Bacharelado em Geografia) - UFPB/CCEN.

1. Ligas Camponesas. 2. Resistência - Trabalhadores rurais. 3. Reforma Agrária. 4. Luta de classes. I. Silva, Anieres Barbosa da. II. Título.

UFPB/CCEN

CDU 332.021.8(043.2)

Termo de aprovação

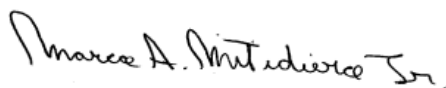
FERNANDO FERREIRA DA COSTA

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
Orientador – DGEOC/UFPB



Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Júnior
Examinador interno – DGEOC/UFPB



Ma. Maria Marta dos Santos Buriti
Examinador externo – Doutoranda PPGG/UFPB

Dedico este trabalho a minha avó, Maria Marques de Oliveira (*in memoriam*). Mulher guerreira, de luta e de caráter.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que se fez presente em todos os momentos, felizes ou não, da minha vida e que sem sombra de dúvidas, me deu o conforto e a paz sempre que precisei.

A toda a minha família, mas em especial a minha eterna avó Maria Marques de Oliveira (*in memoriam*) que participou de forma excepcional em uma das fases mais importantes da minha vida; a minha mãe Zeneide Ferreira da Costa, que me ensinou que o único e mais precioso bem que podemos ter na vida é a educação, além disso me ensinou a ser um verdadeiro cidadão; e ao meu tio Nivaldo Ferreira da Costa, que se fez presente ao longo da convivência familiar.

Agradeço de forma muito especial a minha esposa Thamara Ataíde Costa que ao longo de alguns anos vem sendo meu suporte e fortaleza em todas as horas e que me ensinou o verdadeiro significado do amor. Amo você, meu amor!

Ao meu irmão Júnior que tem uma participação especial em minha vida, me proporcionando os melhores momentos através de um companheirismo inigualável. Sem dúvidas, todas as nossas aventuras, conversas e “viagens” foram de extrema importância para o meu aperfeiçoamento enquanto pessoa. Obrigado, meu amigo, meu irmão. A ti sou eternamente grato por tudo e por tanto.

Aos amigos Fernanda Wanderley e Wanderlan Carvalho a quem tenho total respeito e admiração e que se fizeram presentes, atuando de forma significativa, na minha vida escolar e cooperando para a minha formação como cidadão.

Aos meus primos Igor e Matheus por todas as férias e finais de semanas passados juntos que proporcionaram diversos debates enriquecedores e me fizeram entender um pouco sobre o mundo.

Aos companheiros(as) de curso Fábio, Gustavo, Janelson, Kerol, Marco e Zayne, que nessa longa jornada agregaram-me muitos conhecimentos e se fizeram presentes na construção desse trabalho. A eles, devo toda a minha força de vontade de persistir e continuar na vida acadêmica.

Aos professores Hamilton Santos, Karla Roberta e Thiago Lacerda que são os meus espelhos como professores de Geografia e que me fizeram escolher a profissão mais linda do mundo. A eles, toda a minha admiração. São inspiradores.

Aos companheiros(as) moradores da comunidade Barra de Antas: Alan, Eduardo e Neca, que contribuíram de forma significativa para a construção desse trabalho. Sem vocês eu não teria conseguido. Obrigado!

E por fim, mas não menos importante, agradeço ao Professor Anieres, meu orientador, que com toda a sua paciência e sabedoria soube me guiar ao longo da construção desse trabalho. Apesar das adversidades, não desistiu de mim. Sou eternamente grato. Esse período só me fez ter mais admiração pelo ser humano e profissional que ele é. Agradeço também ao Professor Sérgio Alonso, professor da componente curricular Pesquisa Geográfica, por toda a ajuda e dúvidas solucionadas ao longo do processo de elaboração da pesquisa.

“Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos estudantes e de todos aqueles que são oprimidos e explorados. Não pode parar.”

(Elizabeth Teixeira)

RESUMO

A pesquisa tem o efeito de discutir a importância das Ligas Camponesas na Paraíba e, através disso, entender de que modo as suas memórias e seu legado tem estimulado e contribuído na resistência da luta dos trabalhadores rurais que residem na Comunidade Barra de Antas, localizada no município de Sapé – PB. Diante disso, no presente estudo buscou-se refletir acerca da importância do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas como um espaço de luta e resistência dos camponeses e camponesas. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se fundamenta em um princípio qualitativo no qual se dá através de um resgate histórico-geográfico das Ligas Camponesas na construção de um pensamento de luta por políticas públicas direcionadas para a comunidade. Com a realização da pesquisa foi possível constatar que as privações da população de Barra de Antas, como falta de investimento em educação, saúde e infraestrutura, são básicas e apesar das dificuldades, o senso de coletividade faz com que estas pessoas existam e resistam a todas as injustiças sociais vividas até então.

Palavras-chave: Ligas Camponesas, luta, resistência, reforma agrária

ABSTRACT

The research has the effect of discussing the importance of the Peasant Leagues in Paraíba and, through this, understanding how their memories and their legacy have stimulated and contributed to the resistance of the struggle of rural workers residing in the Barra de Antas Community, located in municipality of Sapé – PB. Therefore, the study consists in reflecting the importance of the Memorial das Ligas e Lutas Peasantsas as a space of struggle and resistance of peasants. From a methodological point of view, it is based on a qualitative principle, which takes place through a historical review of the Peasant Leagues, in the construction of a thought of struggle for public policies aimed at the community. With the research, it was possible to verify that the deprivations of the population of Barra de Antas are basic and despite the difficulties, the sense of collectivity makes these people exist and resist all the social injustices experienced so far.

Keywords: Peasant Leagues, struggle, resistance, agrarian reform

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização da comunidade Barra de Antas e do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, no município de Sapé – PB.	11
Mapa 02: Módulos fiscais no Brasil - 2012.....	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.....	11
Figura 02: Campo de futebol da comunidade Barra de Antas.....	42
Figura 03: Anexo do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas	46
Figura 04: Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Barra de Antas	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Tempo e local das entrevistas.....	13
Quadro 02: Art. 9º da Lei nº 8.629/93 da Câmara dos Deputados	19
Quadro 03: Estrutura fundiária do Brasil (2018).....	20
Quadro 04: Estrutura fundiária paraibana em 2018	22

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPT – Comissão Pastoral da Terra
GPS – Sistema de Posicionamento Global
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF – Ministério Público Federal
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
RIMISP – Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural
SAPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
STF – Supremo Tribunal Federal
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA INJUSTIÇA SOCIAL ESTRUTURAL .	15
2. QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA: O SURGIMENTO DE UM MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO	29
3. MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS: DA LUTA E PARA A LUTA.....	40
3.1 João Pedro e Elizabeth Teixeira, os precursores da luta pela terra e (re)produção camponesa.....	41
3.2 Ligas camponesas, uma referência para a continuidade da luta	43
3.3 Memorial das Ligas e Lutas Camponesas: memória viva da luta de João Pedro e Elizabeth Teixeira	45
3.4 Barra de Antas e suas perspectivas para o futuro	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

A pesquisa proposta consiste na discussão da importância das Ligas Camponesas na Paraíba e, através disso, entender de que modo o seu legado tem estimulado e contribuído na luta dos camponeses que residem na Comunidade Barra de Antas, localizada no município de Sapé – PB.

O espaço agrário paraibano foi marcado ao longo do tempo pela divisão desigual das propriedades rurais, fazendo com que uma grande parcela da população campesina tivesse acesso apenas a uma pequena parte das terras existentes, originando uma elevada concentração fundiária no estado. (Quadro 04).

O interesse sobre o tema surgiu a partir das aulas do componente curricular Geografia Agrária, ofertado no período acadêmico de 2017.1, pelo Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, quando foi possível refletir e dialogar sobre a questão agrária brasileira e os problemas decorrentes do avanço do capitalismo no campo. Tais reflexões também possibilitaram uma melhor compreensão do processo de formação do espaço agrário e, sobretudo, da estrutura fundiária cuja configuração geradora de contradições socioterritoriais, fez com que emergisse o senso de justiça e coletividade da população campesina, diante das desigualdades sociais existentes, fossem tidas como algo de extrema relevância no tocante a luta por terra.

Os debates, leituras e reflexões realizadas quanto ao tema provocaram inquietações, bem como a busca de entendimento sobre as lutas por terra e por melhoria das condições de vida daqueles que residem em espaços rurais. Isso foi ainda mais intensificado a partir da realização do trabalho de campo e da visita ao Memorial das Ligas Camponesas, situado na Comunidade Barra de Antas, no município de Sapé - PB. A partir desta atividade e das discussões feitas durante as aulas, passamos a ter o entendimento da importância das Ligas Camponesas e do legado deixado por João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira no combate às injustiças sociais no campo e na luta pela Reforma Agrária.

A realização de uma nova atividade de campo no Memorial das Ligas Camponesas, ocorrida no dia 04/07/2018, durante o Encontro Nacional de Geógrafos, e coordenada pelos professores Emília Moreira, Ivan Targino e Luana Rodrigues, reafirmou o interesse em desenvolver esta pesquisa, que tem como temática principal a luta por terra na Paraíba.

Diante disso, o estudo consistiu em **analisar a importância do Memorial das Ligas Camponesas como um espaço de luta e de resistência dos camponeses em favor da reforma agrária e da desapropriação da Fazenda Antas, localizada no município de Sapé – PB**. Para tanto, os objetivos específicos estabelecidos consistem em: apresentar o processo histórico da evolução das Ligas Camponesas na Paraíba; entender as perspectivas da população, diante do contexto político atual, no que diz respeito à preservação da memória das Ligas Camponesas na comunidade; e identificar, através de um olhar crítico e relacionado com a literatura existente, a existência da construção de um território de esperança na comunidade.

As Ligas Camponesas se consolidaram enquanto movimento a partir do ano de 1954, através de uma associação de foreiros no engenho Galileia, a SAPP (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco), onde havia cerca de 140 famílias que sobreviviam e se reproduziam como sujeitos sociais a partir da produção agrícola em quinhentos hectares de terra no município de Vitória de Santo Antão, localizado na região intermediária de Recife no estado de Pernambuco.

Uma das lideranças mais expressivas no contexto político da época foi o Deputado Estadual Francisco Julião, que, devido a sua visibilidade como advogado e político, proporcionou uma expansão das Ligas para outras localidades. O acelerado crescimento do movimento camponês culminou na formação da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, no dia 25 de novembro de 1961, que a sua frente estavam: Francisco de Assis Lemes (presidente), João Pedro Teixeira (vice-presidente), Antônio Dantas (secretário) e Leonardo Leal (tesoureiro) (LEMOS, 2008, p. 62). Todavia, as Ligas Camponesas foram incansavelmente perseguidas pelos grandes latifundiários, principalmente, após a instauração do golpe militar ocorrida em 1964 (CEVPM-PB, 2017).

No Brasil o final da década de 1950 foi marcado por uma série de mudanças no contexto econômico, político e social. E foi neste momento que o movimento das Ligas Camponesas começou a se organizar no estado da Paraíba (TARGINO *et al*, 2011). Em meados dos anos de 1954, João Pedro Teixeira chegou a Paraíba. Segundo o que consta na biografia de Elizabeth Teixeira, organizada e produzida pela historiadora Lourdes Maria Bandeira *et al* (2012), “João Pedro chegou a Sapé no dia 30 de maio de 1954” (p. 69) e iniciou um movimento pautado na luta por melhores condições de trabalho dos camponeses que residiam na comunidade Barra de Antas, Sapé – PB.

No decorrer do tempo, o ideal de luta dos trabalhadores em comento perpassa as dificuldades inerentes ao próprio movimento, objetivando, assim, a lutar também pelos direitos referentes à sobrevivência dos camponeses. Logo, a luta pela Reforma Agrária se dá como alternativa para que as desigualdades sociais no campo sejam ao menos minimizadas. Segundo Moreira (2011), as ligas camponesas surgiram como uma explosão pública, a partir de um período conflituoso que já vinha ocorrendo entre os camponeses e a busca por melhores condições de trabalho.

Diante disso, é imprescindível que haja uma preservação da memória histórica das Ligas Camponesas no estado da Paraíba, levando em consideração os seus fundadores, seus protagonistas, sua trajetória de lutas, seu legado de combatividade e da formação de um território de esperança mediante as injustiças sociais no campo.

A Fazenda Antas localizada no município de Sapé – PB é palco de um dos mais antigos e emblemáticos conflitos por terra no estado da Paraíba. Segundo dados fornecidos pelo site do Memorial das Ligas Camponesas, o conflito já perdura há mais de 60 anos e durante esse período as famílias residentes sofreram uma infinidade de atos violentos, sendo o mais representativo o assassinato do líder mais expressivo das Ligas Camponesas na Paraíba, João Pedro Teixeira, no ano de 1962. Logo, fazem-se necessários alguns questionamentos pertinentes acerca desta problemática. Como se deu o processo de evolução das ligas na Paraíba? Qual é/foi o papel das ligas na construção de um pensamento de luta por Reforma Agrária e justiça social no campo que ainda perdura nos indivíduos desse lugar? Como os moradores da comunidade enxergam as possibilidades da manutenção desse legado diante das políticas públicas restritivas e antagônicas aos movimentos sociais camponeses?

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (Figura 01), está localizado na Comunidade Barra de Antas, no município de Sapé (Mapa 01), que faz parte da Região Geográfica Intermediária de João Pessoa. O município possui uma área de aproximadamente 315,5 km², com uma população absoluta de 50.143 habitantes, o que confere uma densidade demográfica de 158,92 hab./km². Do total de moradores, aproximadamente 12 mil (cerca de 24% da população) residem no campo (IBGE – 2010).

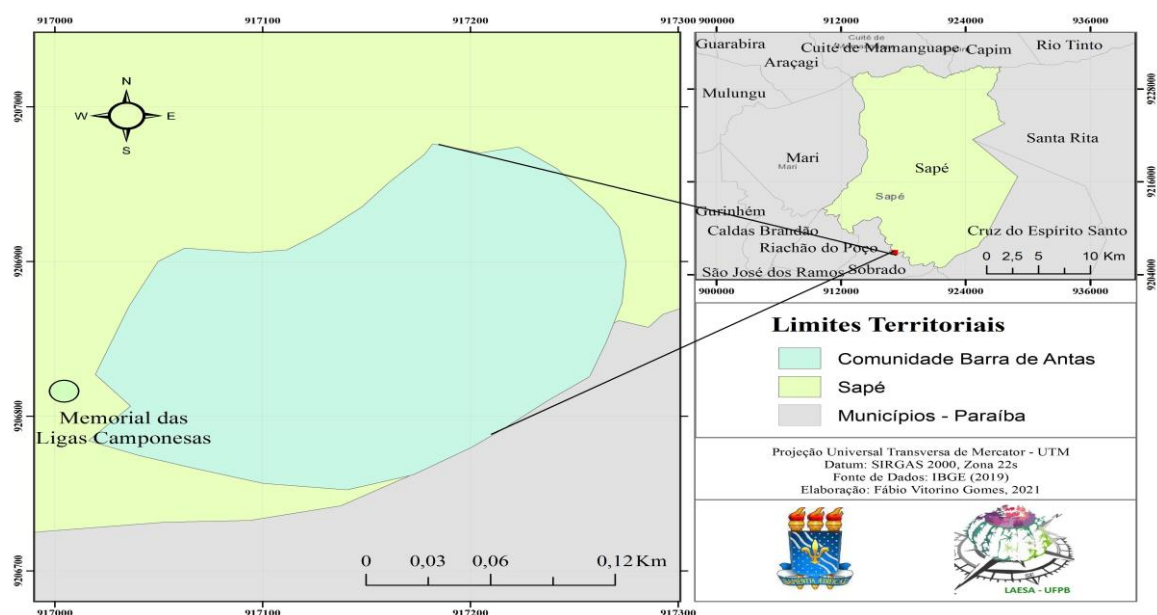
Figura 01: Memorial das Ligas e Lutas Camponesas



Fonte: Acervo do autor. Visita ao Memorial das Ligas e Lutas Camponesas realizada em julho/2019.

A comunidade Barra de Antas está localizada no município de Sapé - PB, a uma distância de aproximadamente 500 metros da casa onde abriga o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, lugar em que residiram João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e seus filhos.

Mapa 01: Localização da comunidade Barra de Antas e do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, no município de Sapé – PB.



Fonte: IBGE (2019)

De acordo com os responsáveis do Memorial, a comunidade é composta por aproximadamente 160 famílias de ex-posseiros e trabalhadores rurais, que vivem em condições deploráveis e se tornam vulneráveis devido a uma falta de investimento em políticas públicas (MITIDIERO JÚNIOR, 2008). Com isso, a população residente na localidade, que sobrevivem de atividades econômicas voltadas ao setor primário, conseqüentemente, acaba sendo privadas dos serviços básicos de saúde, educação, lazer, saneamento básico e segurança pública. Portanto, não usufruem plenamente dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais (ALVES, 2014).

Do ponto de vista metodológico, é importante ressaltar que a pesquisa se fundamenta em um princípio qualitativo, no qual o mesmo se dá através de um resgate histórico-geográfico do legado das Ligas Camponesas, na construção de um pensamento de luta pela Reforma Agrária e a conseqüente desapropriação da Fazenda Barra de Antas. Nesse pressuposto, uma pesquisa qualitativa confere a tentativa de “compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos” (RICHARDSON, 1985, p. 90).

De acordo com Oliveira (2018), a metodologia de pesquisa é um processo que tem início desde a escolha da problemática. Por isso, e levando em consideração as relações sociais existentes para o entendimento do problema da pesquisa, recorreu-se ao método dialético para analisar o processo de construção territorial da comunidade Barra de Antas, que se deu ao longo da formação do Espaço Geográfico, objeto de estudo da ciência geográfica. Ou seja, as alterações evidenciadas no processo de produção do espaço agrário em discussão se deram sem que houvesse uma transformação social decorrente da luta travada até então.

Portanto, os procedimentos executados durante a elaboração da pesquisa visaram aprofundar o entendimento acerca da resistência por parte dos residentes da comunidade Barra de Antas. Para que os objetivos fossem alcançados, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

a) levantamento bibliográfico em bibliotecas institucionais e digitais, no Banco de Teses da CAPES e em periódicos e livros diversos, que consistiram na ampliação do arcabouço teórico para a discussão acerca dos principais conceitos trabalhados na pesquisa, como: espaço, território, territorialidade, conflitos;

- b) coleta de dados primários por meio de pesquisas de campo, pautada na experiência de vivenciar a realidade da população da comunidade Barra de Antas. De acordo com Kaiser (1949, p. 104), “sem pesquisa de campo ninguém tem direito de falar”. Diante disso, no primeiro momento foi realizado um campo exploratório com a realização de visita a comunidade em Sapé, com o objetivo de compreender a luta pelo território em questão. Posteriormente, mais uma visita foi realizada com objetivo de aplicar entrevistas com os(as) líderes do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e os(as) moradores(as) da comunidade Barra de Antas;
- c) coleta de dados secundários a partir de consulta a sites eletrônicos, como os do Supremo Tribunal Federal (STF), do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Revista de Direito Agrário do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (NEAD);
- d) trabalho cartográfico, que servirá para mapear a área de estudo. Dar-se-á a partir da marcação através de GPS e posteriormente foram plotados mapas gerados a partir de Software livre; e
- e) tratamento dos dados a partir das informações obtidas, elaborando mapas e/ou tabelas e quadros para facilitar a compreensão acerca do tema proposto pela pesquisa ao longo do texto.

Os diálogos foram realizados a partir de um roteiro pré-estabelecido contendo 12 questões gravadas e posteriormente transcritas. De início pensou-se em realizar uma pesquisa mais ampla, entretanto, em razão da pandemia, a escolha recaiu em constar um diálogo com convidados. De início, cinco moradores/lideranças sinalizaram positivamente ao convite de participação na pesquisa. Porém, apenas duas lideranças confirmaram suas participações. Para garantir a confidencialidade dos diálogos os mesmos foram identificados por “entrevistado(a)” e o número correspondente de acordo com a ordem estabelecida.

Quadro 01: Tempo e local das entrevistas

Entrevistado(a)	Tempo	Local/ Ferramenta da entrevista
Entrevistada 01	21 min	Whats App
Entrevistado 02	27 min	Whats App

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, o diálogo que é composto por dois moradores da comunidade Barra de Antas pode ser considerado representativo, uma vez que em pesquisas qualitativas, o ideal é que a escolha dos participantes seja feita de forma que consiga ampliar a compreensão do tema e explorar as variadas representações acerca de determinado objeto de estudo. O principal critério que deve ser considerado nesse processo não é numérico, tendo em vista que a finalidade não é apenas quantificar opiniões, mas explorar e compreender os diversos pontos de vista que se encontram marcados em um determinado contexto. (FRASER; GONDIM, 2004)

Portanto, apesar de serem dois sujeitos, estes se tornam representativas da realidade, em função das suas falas, da visão em relação às lutas e conquistas da comunidade, da importância do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e todas as dificuldades encontradas.

**1. QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: UMA INJUSTIÇA SOCIAL
ESTRUTURAL**

A questão agrária brasileira é bastante complexa. É importante usarmos um conceito mais amplo, porém atribuindo um peso maior a problemática, pois diz respeito, conceitualmente, a “estrutura agrária”. Esse termo reforça, no sentido jurídico e socioeconômico, os direitos das propriedades rurais privadas, levando em consideração a posse e ao uso da terra. De acordo com Delgado (2014), a estrutura desses direitos ou regime fundiário configura relações sociais relativas à propriedade, posse e uso da terra. Não obstante, Fernandes (2004, p. 4), afirma que “a questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”. Ou seja, essa problemática é gerada pela distinção de poderio econômico dos produtores rurais, através da chamada “sujeição da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1981, p. 175).

Nesse contexto, a questão agrária representa um problema social que se dá a partir da concentração fundiária de grandes propriedades, onde a mão de obra é precária devido às péssimas condições de trabalho existentes. De acordo com Caio Prado Júnior, “[...] a questão agrária, [...] vem a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (CAIO PRADO, 1981, p. 18).

É relevante frisar que todos os conflitos existentes no campo são frutos de uma relação social em um determinado território. Para Haesbaert (2004), as relações sociais existentes dentro do território, têm a ver com o poder/dominação e posse, estabelecendo assim, diversos conflitos. Reafirmado quando Souza (2014) diz que o espaço territorial é formado a partir de relações de poder.

No entanto, é bastante complicado acharmos uma definição única para o território. Sabe-se que os estudos acerca do território e/ou das diversas territorialidades são bem amplos e complexos, afinal de contas cada categoria de análise da Geografia possui sua característica particular.

A partir de alguns estudos realizados por Milton Santos, podemos correlacionar informações, buscando um entendimento do processo de produção e concretização de um território a partir do conceito de espaço criado por ele. Segundo o autor, o espaço geográfico é socialmente produzido, ou seja, “criado pelo trabalho humano como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada” (SANTOS, 1980, p.163). Este pensamento se remete a uma forma de trabalho para que haja de fato uma

permanência e uma (r)existência em uma área de conflito, através das relações sociais existentes no campo, levando a crer a possível existência de um “território de esperança”, conceito bastante trabalhado por Moreira (2007).

Segundo essa autora, o território de esperança “é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra e pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa” (MOREIRA, 2007, p. 05). Logo, pode-se entender esse território como sendo um fragmento da totalidade utilizado para a produção de um espaço onde não há a exploração homem x homem por meio de conflitos originados através das relações sociais.

Para que possamos compreender o processo em sua totalidade é necessário que nos apeguemos ao estudo da história recorrente a fim de entender como se deu o processo de construção do território brasileiro, este que não se dá como um processo homogêneo, dado e acabado. É necessário que levemos em consideração as principais questões que dizem respeito ao campesinato brasileiro, ou seja, todas as ameaças que ele vem sofrendo no âmbito político e governamental da nação.

A problemática da questão agrária, sempre esteve atrelada a luta por terra. Logo, é de extrema importância que não nos apeguemos a questões pontuais; vai muito além, é necessário compreender todo o processo, afinal de contas os conflitos de terra no Brasil não se limitam apenas ao conflito ocorrido no local de origem, este problema foi/é ocasionado em uma esfera bem mais ampla (FERNANDES, 2004).

De fato, entender a conjuntura atual, levando em consideração os conflitos existentes no campo brasileiro, não é uma tarefa fácil. De certa forma, o berço dos conflitos por terra no Brasil, surge com a criação da Lei nº 601 (Lei de Terras), no dia 18 de setembro de 1850, que foi a primeira iniciativa no sentido de organizar as propriedades privadas no país. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão. Sendo assim, ficou firmado, que as terras devolutas do império só poderiam ser adquiridas através do título de compra e venda ou por doação do Estado. De acordo com o Art. 1º da referida lei:

Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. (Lei nº 601/1850)

Promulgada por Dom Pedro II, esta lei contribuiu para manter a complexa estrutura fundiária no país e acabou por privilegiar os grandes fazendeiros da época, tendo em vista que as maiores propriedades ficaram concentradas nas mãos dos poucos e antigos proprietários, que através de um sistema oligárquico, foram sendo repassadas como forma de herança familiar às gerações posteriores. De acordo com Sampaio *et al* (2003), o Brasil possui uma área total de 850 milhões de hectares de terras, destas, 172,95 milhões são devolutas, ou seja, terras sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integram um patrimônio privado, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. Desse modo, “mais de 30% do território brasileiro ainda são de terras devolutas, [...] que fazem parte, portanto, das terras públicas não discriminadas” (OLIVEIRA, 2009, p. 30).

De acordo com Araújo (1999), a função social da propriedade se expressa na adequada utilização da terra e na sua justa distribuição, atendendo ao bem-estar social coletivo, visando o aumento da produtividade e garantindo uma justiça social. Em suma, pode-se entender que a terra existe para a produção de bens, principalmente aqueles que integram a alimentação da população. Diante disto, o autor anteriormente citado entende que a propriedade rural necessita cumprir sua função social, passando por um processo exploratório eficiente, com o objetivo de garantir o bem-estar social de toda a comunidade rural.

Contudo, percebe-se que a função social da terra não é respeitada quando se trata de grandes propriedades ou latifúndios. De acordo com a Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, a propriedade rural, cuja, não cumpra sua função social, já mencionada anteriormente, é passível de desapropriação:

Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta Lei, respeitados os dispositivos constitucionais. (Lei nº 8.629/93)

O Artigo 9º, da referida lei, dispõe quais são as exigências para a garantia da função social da terra por meio da sua exploração. O quadro 02 representa com maior clareza e dinamicidade todas essas exigências:

Quadro 02: Art. 9º da Lei nº 8.629/93 da Câmara dos Deputados

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo graus e critérios técnicos estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:	
Aproveitamento racional e adequado	Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º desta Lei.
Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente	Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade; considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.
Observância das disposições que regulam as relações de trabalho	A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.
Exploração que favoreça o bem-estar social dos proprietários e dos trabalhadores	A exploração que favorece o bem-estar dos proprietários e trabalhadores rurais é a que objetiva o atendimento das necessidades básicas dos que trabalham a terra, observa as normas de segurança do trabalho e não provoca conflitos e tensões sociais no imóvel.

Fonte: Câmara dos Deputados, 1993 (Organizado pelo autor).

É perceptível que a questão agrária no Brasil se recoloca sobre novos vieses que desafiam pesquisadores a reinterpretá-la. Contudo, a questão agrária atualmente

provém da primazia do agronegócio no modelo agrário brasileiro, tendo em vista que se refere a uma atividade econômica do setor primário, mas com o objetivo pautado sob o desenvolvimento econômico do Estado. De acordo com Delgado:

esse novo arranjo se articula nos últimos anos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e também no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos” (DELGADO, 2010, p. 81).

No entanto, essa configuração econômica é altamente adversa ao movimento da reforma agrária reafirmada pelo Estatuto da Terra – que diz respeito a um conjunto de medidas que objetivam possibilitar uma melhor distribuição da terra de acordo com a modificação no regime de sua posse e uso, a fim de alcançar os princípios de justiça social e o aumento da produtividade (PAR, 1964) – e às políticas de desenvolvimento da estrutura agrária, pois reforça as estratégias do setor privado a fim de potencializar a renda fundiária e a especulação no mercado de terras, priorizando o agronegócio.

Apesar de a reforma agrária ser uma alternativa, se for feita apenas em terras devolutas, acaba não representando uma ameaça aos grandes latifúndios, muito menos “o pujante agronegócio gerador de divisas para o país” (OLIVEIRA, 2009, p. 32). Logo, a formação de assentamentos rurais somente nessas terras não modifica a estrutura fundiária (Quadro 03), tendo em vista a grande concentração de terras no país, pois não democratiza a terra concentrada pelas grandes propriedades (ENGELMANN, 2012).

Quadro 03: Estrutura fundiária do Brasil (2018)

NOME CATEGORIA (MÓDULOS FISCAIS)	QTDE IMÓVEIS	TOTAL ÁREA (ha)
Mais de 0 a 0,5 MF	2.928.428	24.076.861,91
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	1.338.699	35.296.212,75
De 1 a 2 MF	1.020.115	50.997.237,74
Mais de 2 a 3 MF	357.567	31.399.181,78
Mais de 3 a 4 MF	197.530	25.621.909,22
Mais de 4 a 5 MF	111.392	19.496.877,79
Mais de 5 a 6 MF	74.981	16.119.859,66
Mais de 6 a 10 MF	168.892	52.978.297,73
Mais de 10 a 15 MF	92.312	48.375.222,86
Mais de 15 a 20 MF	43.050	32.523.472,02
Mais de 20 a 50 MF	78.301	113.529.023,90
Mais de 50 a 100 MF	20.933	71.347.826,99
Mais de 100 a 200 MF	6.785	45.220.853,93

Mais de 200 a 400 MF	2.042	28.674.664,26
Mais de 400 a 600 MF	494	13.771.961,49
Mais de 600 MF	887	166.093.941,57
Imóveis Incosist. Excluídos	122.422	0
TOTAL	6.574.830	775.523.405,60

Fonte: INCRA, 2018 (Organizado pelo autor).

Os dados apresentados reforçam o que foi ressaltado por Stédile (1997), ao afirmar que a reforma agrária brasileira deve democratizar a terra e criar um modelo de desenvolvimento para o campo, gerando empregos em grande escala. Logo, é perceptível que mesmo com a construção de alguns planos governamentais para a resolução desta problemática no território brasileiro, ainda sim, perpetua-se a desigualdade social no campo, mediante uma má distribuição das terras. Os dados também revelam um descaso com a população camponesa do ponto de vista socioeconômico, levando em consideração que uma grande parte das propriedades privadas da terra pertence a poucos proprietários.

De acordo com o INCRA (2018), embasado na Lei nº 8.629/1993 (Art. II e III), existem no Brasil: 4.267.127 minifúndios; 1.257.212 pequenas propriedades; 447.577 médias propriedades; e 152.492 grandes propriedades (latifúndios). Portanto, o território brasileiro apresenta uma elevada concentração fundiária, fruto de uma repartição desigual das terras ao longo do seu processo de formação territorial.

Os dados contidos no quadro 04 expressam uma perspectiva semelhante a do território brasileiro, quando se consideram os dados referentes ao cenário fundiário no estado da Paraíba:

Quadro 04: Estrutura fundiária paraibana em 2018

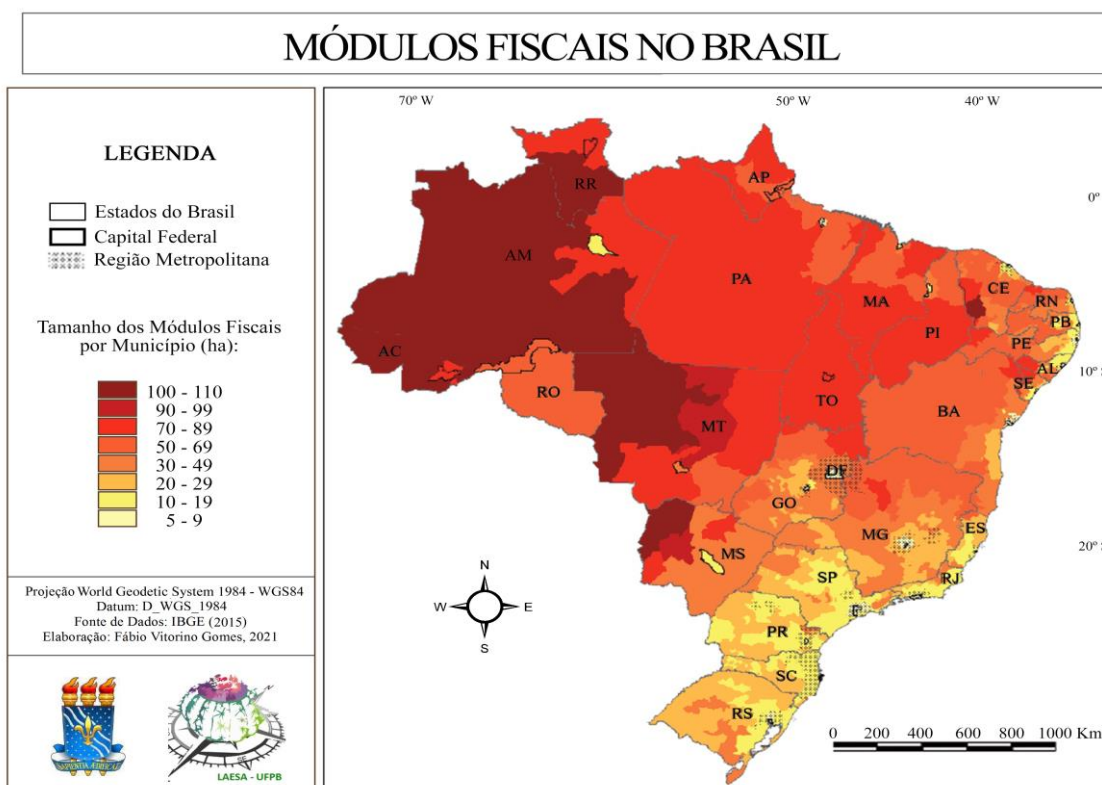
NOME CATEGORIA (MÓDULOS FISCAIS - MF)	QUANTIDADE DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)
Mais de 0 a 0,5 MF	99.237	705.281,88
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	18.428	531.310,36
De 1 a 2 MF	11.987	682.658,36
Mais de 2 a 3 MF	4.138	403.924,65
Mais de 3 a 4 MF	2.337	308.765,66
Mais de 3 a 4 MF	1.302	227.289,84
Mais de 5 a 6 MF	881	188.157,80
Mais de 6 a 10 MF	1.898	536.593,15
Mais de 10 a 15 MF	956	384.260,85
Mais de 15 a 20 MF	362	199.131,96
Mais de 20 a 50 MF	576	474.710,17
Mais de 50 a 100 MF	128	183.197,31
Mais de 100 a 200 MF	50	99.033,59
Mais de 200 a 400 MF	11	39.528,48
Mais de 400 a 600 MF	1	5.487,81
Mais de 600 MF	4	37.598,37
Imóveis Inconsistentes Excluídos	4.578	0
TOTAL	146.874	5.006.930,25

Fonte: INCRA, 2018 (Organizado pelo autor).

A partir da análise dos dados expostos acima, pode-se observar que o estado da Paraíba apresenta uma elevada concentração fundiária. Existem 117.665 minifúndios, levando em consideração o parâmetro para esta definição, que de acordo também com a Lei nº 8.629/1993 (Art. II e III) são as propriedades cujas áreas compreendidas não ultrapassem 1 módulo fiscal. A mesma lei ainda define algumas outras classificações que levam em consideração a quantidade de módulos fiscais. A partir disto, pode-se observar a existência de 19.764 pequenas propriedades. Estas possuem mais de 1 até 4 módulos fiscais. À medida que a quantidade de módulos fiscais vai aumentando, a quantidade de propriedades vai diminuindo. As médias propriedades são aquelas que possuem mais de 4

a 15 módulos fiscais. O número total desse tipo de propriedade é bem menos acentuado que o das anteriores, possuindo 3.755 propriedades. Contudo, as maiores extensões territoriais estão concentradas nas mãos de poucos proprietários, passando a comprovar a privação da terra no estado. São 1.132 propriedades que compõem este nicho. Estas propriedades são conhecidas como latifúndios e possuem mais de 15 módulos fiscais. Logo, é perceptível que este processo não se deu de forma democrática ao longo do tempo, por consequência, o acesso às propriedades rurais está associada também a condição financeira do indivíduo, devido a uma má distribuição das riquezas.

É de suma importância ressaltar que o conceito de módulo fiscal foi criado pela Lei nº 6.746/1979, que surgiu para alterar alguns dispositivos do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), com o intuito de regular os direitos e obrigações das propriedades rurais para fins de Reforma Agrária. Portanto, o módulo fiscal representa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável, ou seja, refere-se ao espaço mínimo necessário para obter lucratividade a partir do cultivo da terra. No entanto, o módulo fiscal pode sofrer alterações de acordo com as regiões brasileiras, pois leva em consideração alguns fatores inerentes a produção, como as condições climáticas, as formas de relevo e os tipos de solos existentes (Mapa 02).

Mapa 02: Módulos fiscais no Brasil - 2012

Fonte: IBGE (2015)

Outro fator determinante para a evolução da problemática da questão agrária brasileira foi o processo de modernização da agricultura, iniciada por volta dos anos de 1960. Este que, com o passar do tempo, foi modificando a estrutura agrária do país, passando de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada. À medida que as máquinas foram chegando ao campo, o (a) pequeno (a) produtor (a) rural ou produtor (a) familiar foi prejudicado (a), e posteriormente sendo coagido (a) a migrar para a cidade.

Historicamente, a burguesia nunca teve interesse em fazer parte do processo de reforma agrária no país. Logo, o modelo criado para o desenvolvimento do campo, ainda hoje não conseguiu combater a problemática da concentração fundiária. Saes (2001) destaca que por volta dos anos de 1960, com a integralização da transição capitalista no Brasil, havia a possibilidade do setor agrícola se inserir nesse processo enquanto mercado consumidor. No entanto, mediante uma nova política econômica e social, os militares, após o golpe de Estado ocorrido em 1964, e aliados à oligarquia agrária, implantam no setor agrário uma política de interesses econômicos capitalistas, que favoreceram os

interesses monopolistas de capital estrangeiro e estatal, guiado pelo “grande capital bancário nacional”, dando continuidade ao processo de modernização da agricultura nos grandes latifúndios e nas monoculturas de matéria-prima destinadas a exportação (SAES, 2001, p 402).

Nessa linha de reflexão, entende-se que o capital gera uma *conflitualidade* fomentando a relação social de domínio sobre o campesinato que sempre foi/é subordinado. De acordo com Fernandes (2004), o desenvolvimento e a consequente modernização da agricultura surgem através da conflitualidade entre classes sociais que em um embate disputam o poderio territorial e político em um determinado lugar. Assim, à medida que o capital consegue se territorializar, faz com que haja, consequentemente, uma desterritorialização e uma reterritorialização do campesinato.

Ainda segundo o autor:

A destruição e a recriação do campesinato pelo capital e a recriação do campesinato por si mesmo são processos diversos, com lógicas distintas, com valores diferentes. Enquanto o capital promove a recriação do campesinato no interior de suas relações: por exemplo: o arrendamento e a relação de compra e venda de terras, o campesinato ocupa terras e reivindica a desapropriação. Essa é uma forma de rompimento com a relação dominante, mas que não supera a subalternidade, porque após a conquista da terra, os novos camponeses são dominados pelos capitalistas por meio da sujeição da renda da terra. Esse processo de dominação e resistência permanentes é constituinte estrutural da questão agrária, gerador de *conflitualidade* (FERNANDES, 2004, p. 9).

Além disso, com o desenvolvimento tecnológico nos moldes produtivos da agricultura, os grandes produtores visavam atingir maior rentabilidade, levando em consideração que a mecanização possibilita ampliar as áreas a serem cultivadas, bem como o aumento da escala de produção, no entanto, na maioria das vezes, sem fazer o uso da terra de forma correta. Esse processo de modernização/mechanização da agricultura é trabalhado através dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, os quais serão explicitados na sequência.

Para compreendermos as teorias dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, podemos nos basear em Maquiavel (1999) quando afirma que para se ter a liberdade é preciso possuir o poder de dominação, logo, ciência e política – que estão profundamente ligadas e são dependentes – ciência, dominação e liberdade são indissociáveis. Para o autor, “o desejo de conquistar é natural e comum, e os homens

capazes de satisfazê-lo sempre serão louvados, jamais criticados” (MAQUIAVEL, 1999, p. 47).

Maquiavel revolucionou a história das teorias quando se propõe estudar a sociedade pela análise da verdade efetiva dos seres humanos, tendo como objeto de estudo a realidade política, a fim de compreender como as organizações políticas se originam, evoluem, permanecem e declinam.

Existem diversas formas de entender o processo de desenvolvimento do capitalismo agrário, destacando-se dois paradigmas – que correspondem a um conjunto de reflexões e pensamentos, teses e teorias que buscam a todo instante explicar a realidade.

Para os pensadores do Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural (RIMISP), órgão vinculado ao Banco Mundial, a única perspectiva para a manutenção e/ou evolução do campesinato está na transformação do camponês em agricultor familiar. Portanto, o desaparecimento do campesinato, para estes pensadores, não existe, contudo, a única esperança de sobrevivência do camponês se dá a partir da sua metamorfose em um agricultor familiar, onde poderá ser inserido no mercado consumidor, facilitando sua produção. Segundo Abramovay (1992), é necessário que haja uma quebra com o paradigma marxista ou o da questão agrária. Sendo assim, o autor apresenta uma leitura onde o desenvolvimento da agricultura nas nações capitalistas se deu a partir da agricultura de base familiar, que teve participação expressiva, chegando a se consolidar.

Abramovay (1992) pensa o desenvolvimento do capitalismo no campo, levando em consideração os exemplos dos países ricos. Contudo, esquece que o campesinato, em tese, teria grandes chances de não conseguir sobreviver a essa realidade, devido as suas incompatibilidades com esses ambientes onde se realizam atividades mercantis (FERNANDES, 2004).

Abramovay (1992) ainda afirma que:

[...] O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. (ABRAMOVAY, 1992, p. 127).

Em contrapartida, Fernandes (2004) ressalta que:

[...] A inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social [...] (FERNANDES, 2004, p. 14).

Para o paradigma da questão agrária, a análise da luta, enquanto esfera do campesinato abarca o espaço, o sujeito e o tempo de forma dialética, levando em consideração que, se houver o aumento da concentração fundiária, haverá também o aumento do número de camponeses lutando por terra. De acordo com Felício (2006), este paradigma entende que a luta por terra e pela reforma agrária é a forma anteposta à criação e recriação do camponês. Logo, se a luta não existir, o camponês, consequentemente, também deixará de existir.

Portanto, como já afirmado anteriormente, a problemática da luta por terra no Brasil é uma figura pertencente à historicidade do campesinato, que é conduzido pelos conflitos entre as territorialidades capitalista e camponesa. Nessa perspectiva, Marques (2004) destaca que:

A luta por terra hoje existente no país representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa. Mas as novidades desse momento histórico são muitas. Dentre elas, destacam-se: a grande abrangência da base social da categoria sem-terra, que envolve uma multiplicidade de sujeitos sociais, inclusive trabalhadores residentes nas cidades, e o significado aí contido de negação do processo de proletarianização em curso, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com o processo de expropriação nem com a passagem desses sujeitos pela cidade. (MARQUES, 2004, p. 151)

Mediante essa conjuntura, havia, e ainda há a organização de diversos trabalhadores rurais, com o objetivo de questionar a concentração de terras no país. Contudo, enfrentam a violência dos latifundiários e o descaso dos governos. Oliveira (2009) afirma que existem dois aspectos divergentes, de um lado existe um grupo hegemônico que domina e tem a posse da maior parte das terras, do outro, por parte dos camponeses, surgia uma luta sangrenta, a fim de cobrar o direito de acesso a terra.

Diante disto, têm-se dados preocupantes a cerca dos assassinatos envolvendo trabalhadores rurais que se opunham as desigualdades sociais existentes no campo. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (1993), entre os anos de 1964 e 1988, durante o período da Ditadura Militar, aconteceram cerca de 2.100 mortes. Atualmente, de acordo com os dados da CPT (2010), entre os anos de 2001 e 2010, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve uma diminuição na quantidade de assassinatos decorrentes dos conflitos agrários, chegando a um número de 376 mortes. No entanto, ainda permanece como sendo um quadro preocupante, pois só ressalta a primazia dos

grandes latifundiários, mediante os questionamentos por justiça social por parte dos camponeses.

Portanto, a luta por terra no Brasil possui um enfoque bem dinâmico e conflituoso. Por isso, entende-se que a criação das Ligas Camponesas vai de encontro ao processo produtivo que até então estava sendo instaurado no país. A chamada modernização do campo pode ser considerada como parte de um processo massacrante, pois com a sua consolidação, acabou segregando e expropriando o pequeno produtor rural, que sem opção, é obrigado, na maioria das vezes, a migrar para a cidade.

É neste cenário que as Ligas Camponesas surgiram como uma forma de organização que visava melhores condições de trabalho, de vida e de justiça social até então não ofertadas pelos grandes latifundiários. É importante lembrar que isso é apenas mais uma das consequências adquiridas ao passo em que foi se estabelecendo uma colonização sob o viés exploratório no território brasileiro. A concentração de grandes propriedades nas mãos de poucas pessoas é um problema que vem acarretando diversos conflitos ao longo da história. No capítulo seguinte será apresentado um panorama geral do processo de formação das Ligas Camponesas na Paraíba e seus impactos na questão agrária desse estado.

2. QUESTÃO AGRÁRIA NA PARAÍBA: O SURGIMENTO DE UM MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

O cenário de pobreza e de um abismo social entre as classes sociais no Brasil sempre foi um problema. Por consequência, o estado da Paraíba também foi acometido desta problemática. Neste Estado, a questão agrária surge com a dominação do capital a partir do processo de modernização da agricultura brasileira e teve grande influência dos governos militares durante os “anos de chumbo”, mais especificamente ao longo da década de 1970, concentrando duas principais atividades: a agricultura e a pecuária (MOREIRA; TARGINO, 2011).

De acordo com Ferreira (2016), para combatê-la é necessário que o Estado, como poder regulador dos conflitos, realize o processo de desconcentração fundiária colocando em prática uma reforma agrária condizente com a realidade vivida pelos camponeses e, conseqüentemente, intensificar a produção de alimentos a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

O estado teve como o berço das atividades agrícolas, principalmente através do cultivo da cana-de-açúcar, historicamente a Zona da Mata e o Brejo. Já a pecuária teve maior visibilidade ao longo do Agreste e do Sertão. É importante salientarmos que ao longo dos anos houve diversas mudanças no espaço agrário paraibano, afinal de contas, à medida que o capital vai ganhando força, e, conseqüentemente, angaria por meio da introdução e dominação capitalista com a modernização/mecanização da agricultura, um território cada vez maior. Por outro lado, existe a resistência por parte dos camponeses, que lutam a todo instante pelos direitos que, em tese, deveriam ser garantidos.

O processo de formação do território paraibano se deu de leste a oeste, ou seja, do litoral para o interior, que aconteceu em três momentos, de acordo com as antigas mesorregiões da Paraíba: Zona da Mata, Agreste e Sertão. Devido às desigualdades sociais existentes, o estado passa também por se configurar como um dos berços da questão agrária no país.

Na Zona da Mata, que hoje em dia corresponde basicamente a Região Intermediária de João Pessoa, onde o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas está localizado, o processo de ocupação se deu a partir da cultura da cana-de-açúcar, esta que se caracterizou como uma monocultura de latifúndio e de exploração da força de trabalho. De acordo com Targino *et al* (2011), esse controle sobre a terra, sobre o trabalho e sobre a produção por parte do senhor de engenho, atualmente o grande latifundiário, se categoriza como sendo “a maior experiência de controle político-econômico já experimentada na história do Brasil” (TARGINO ET AL, 2011, p. 149).

Mitidiero Júnior (2008) enfatiza este processo de formação do espaço agrário paraibano:

A cana, mesmo com os seus ciclos de ascensão e crise, sempre foi uma presença constante no espaço agrário da Paraíba e continua influenciando na estruturação desse espaço. No passado colonial, criou um ambiente rural ocupado pelos engenhos produtores de açúcar em meio aos canaviais, onde o trabalho era realizado pelas mãos dos escravos e dos moradores de condição. Com o fim da escravidão, o morador de condição consolidou-se como a força de trabalho que movia a produção açucareira e em nada foram alteradas as formas de apropriação da terra, que se baseavam nas sesmarias. (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 255)

De acordo com Targino e Moreira (2007), o agreste paraibano, que atualmente corresponde a porções das regiões imediatas de João Pessoa e Campina Grande (porções ocidental e oriental respectivamente), teve seu processo de formação e ocupação territorial pautado na pecuária. Nesse sentido, Mitidiero Júnior (2008), complementa a afirmação anterior evidenciando que na década de 1940, além da atividade primária exercida, a cultura do sisal foi implementada e alavancou a produção e o desenvolvimento econômico do Estado, levando em consideração que na primeira metade do século XX – no Brasil – existiam apenas as indústrias de bens não duráveis e semiduráveis, como as fábricas de roupas que utilizavam o sisal como matéria prima e as indústrias de base implementadas no primeiro mandato do governo do Getúlio Vargas (1930-45).

No sertão, tivemos algo bem parecido com o que houve ao longo do processo de ocupação do agreste. Esta antiga mesorregião, que atualmente corresponde às regiões imediatas de Patos e Sousa-Cajazeiras, teve sua ocupação configurada na exploração da pecuária após a cisão econômica com a agricultura, conforme afirma Targino e Moreira (2007):

O crescimento da atividade açucareira impôs a separação das duas atividades, dando origem a uma divisão regional do trabalho, impelindo a exploração pecuária para o interior da colônia. (TARGINO; MOREIRA, 2007, p. 7)

Ainda, segundo os autores:

De fato, a atividade primária de toda a região sertaneja vai estar organizada a partir do tripé: gado, algodão, lavouras alimentares. A forma de exploração das grandes propriedades pode ser resumida da seguinte maneira: o gado era criado de forma extensiva, solto na caatinga, requerendo um pequeno número de trabalhadores para o seu trato e pertencendo, via de regra, ao proprietário; o algodão era cultivado tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades. Quando cultivado nas grandes propriedades, o seu cultivo fazia-se sob a forma de parceria ou de arrendamento, ficando, portanto, os

riscos da produção a cargo dos parceiros e arrendatários; a extração do sobre-trabalho era feita basicamente através dos mecanismos de comercialização, uma vez que a parte do produto, que cabia aos parceiros e aos arrendatários deveria ser comercializada diretamente com o proprietário. (TARGINO; MOREIRA, 2007, p. 8)

Portanto, pode-se concluir que ao longo do século XX a estrutura fundiária da Paraíba esteve baseada nos grandes latifúndios, no trabalho escravo ou na utilização da mão de obra dos trabalhadores de condição (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 256). Os escravos, parceiros e arrendatários possuem uma importância fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado, tendo em vista que além da produção alimentícia de subsistência, eram utilizados como força motriz para as grandes produções agrícolas no período que sucedeu a abolição do sistema escravocrata.

Nesse sentido, é interessante pensar acerca dos reflexos do período colonial no Brasil ao longo do processo de formação territorial da Paraíba. Sabe-se que a má distribuição de terras é uma problemática inerente a uma parcela da população camponesa, logo é possível entender as consequências deste processo que foi pautado na concentração fundiária. Rodrigues (2018), afirma que:

Esse Estado patrimonial formado no Brasil colonial deixou suas heranças na formação socioespacial brasileira e, até os dias atuais, pode-se afirmar que o poder político continua concentrado, em grande medida, nas mãos dos donos de terras. Essa afirmativa pode ser comprovada por meio das análises presentes em diversas obras que abordam a vinculação entre a terra e o poder político no Brasil, demonstrando as conexões existentes entre a concentração fundiária e o sistema de poder oligárquico que vem historicamente se reproduzindo no Brasil. (RODRIGUES, 2018, p. 122)

O processo de desenvolvimento industrial no Brasil se deu – com mais relevância – ainda nas primeiras décadas do século XX. Entre as décadas de 1920 e 1940, principalmente ao longo da Era Vargas, houve o início do processo de modernização agrícola, com a substituição dos engenhos pelas usinas de açúcar. Para Mitidiero Júnior (2008):

A chegada da usina significou a introdução na Paraíba de modernos procedimentos técnicos de produção do açúcar, antes caracterizados pelo secular processo produtivo do engenho. Como toda oligarquia nordestina, sempre avessa ao “progresso” e às grandes transformações, os donos de engenhos resistiram renitentes a essa mudança, mas ruíram diante da competição com a produção agroindustrial do açúcar. Em consequência desse fato, poucas usinas substituíram a maioria dos engenhos paraibanos. (MITIDIERO JÚNIOR, 2008, p. 257)

Pessoa (2015) afirma que as primeiras ligas camponesas surgem num contexto de redemocratização, logo após a saída do Getúlio Vargas, em 1945, o que foi reafirmado por Luciano Lepra (2001) ao afirmar que:

No final da década de 1945, no Brasil ocorre um breve período democrático, possibilitando o grande desenvolvimento de diversos movimentos sociais. Camponeses do Triângulo Mineiro organizaram várias ligas, sendo estas algumas das primeiras do país, juntamente com a de Dumont (SP) e a de Iputinga (PE), ambas fundadas em 1945. (LEPRA, 2001, p. 01)

Dez anos depois, em 1955, as ligas camponesas ressurgem no Estado de Pernambuco, mais especificamente no Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, após um contexto político pautado na ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Contudo, ainda assim foram marginalizados pela imprensa, conforme afirma Francisco Julião (1962):

A imprensa reacionária passou a apelidar a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco” (SAPPP) de Liga Camponesa, com o intuito de queimá-la, vinculando-a aquelas extintas organizações fundadas em 1945. O apelido, no entanto, pegou como visgo. (JULIÃO, 1962, p. 29)

A primeira liga no estado da Paraíba surgiu em 1958, no município de Sapé – PB, orientado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB (RANGEL, 2006). Inicialmente intitulada de Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Sapé, seguindo o exemplo da Liga da Galileia. Nessa perspectiva, Pessoa (2015) afirma que os principais objetivos inerentes as Ligas Camponesas de Sapé eram: assegurar assistência social aos foreiros, arrendatários, assalariados e pequenos proprietários rurais.

De acordo com Elizabeth Teixeira:

Eu quero dizer para os companheiros e companheiras que João Pedro, na Paraíba, foi quem começou a luta do campo, no município de Sapé. [...] Quando chegamos em Barra de Anta, eu ainda não tinha nem conhecimento de que João Pedro já tinha aquele espírito de luta. João Pedro andava nos engenhos Anta, Melancia, Sapucaia, que ficava mais próximo a nossa casa, tomando conhecimento como aqueles trabalhadores daqueles engenhos sobreviviam, daquelas fazendas, e viu uma situação difícil. Ele chegava em casa e falava para mim que a vida do trabalhador do campo, dos engenhos, das fazendas é tão difícil, que chegava o momento de muitos pais verem seus filhinhos morrer de fome. Então, ele convidava aqueles trabalhadores para virem até a nossa casa, conversar com ele, do engenho Anta, do Engenho Melancia, do Engenho Sapucaia, Engenho Maraú e de outras fazendas. Conversavam com ele, e chegou o momento dele fundar a Liga Camponesa em Sapé, que foi fundada por João Pedro Teixeira em 58 (relato no SMC, 2006).

Cabe ressaltar que João Pedro possuía uma importância fundamental para a existência da Liga. Isso se deu a partir da sua relação com o Partido Comunista ainda nos municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes (PE), lhe rendeu subsídio para entender os problemas sociais vivenciados na época, bem como lhe proporcionou as ferramentas e as articulações necessárias para o levante de organização dos camponeses. O relato do Monsenhor Odilon Pedrosa (2006) reafirma tal relevância:

O chefe natural das ligas era João Pedro, em mangas de camisa e chinelas nos pés, o líder mais autêntico, homem de classe, passado por sindicatos da categoria. Sentia na carne o problema que desesperava os irmãos. [...] Em tudo isso, o que faltava para a explosão era alguém que acendesse o estopim. Fê-lo João Pedro e o fogaréu se alastrou (PEDROSA, 2006 apud VAN HAM, 2006, p. 339 – 340)

Diante disso, é importante analisar como os trabalhadores rurais da época já possuíam certo discernimento para entender a sua situação no âmbito social e, portanto, viviam a ponto de explodir (fazendo alusão a um possível movimento revolucionário). Nesse contexto de incertezas e inquietações, além de João Pedro no processo de organização e disseminação de informações a acerca do movimento, estavam Pedro Inácio de Araújo, Alfredo Nascimento e João Alfredo Dias (TARGINO ET AL, 2011). Ainda de acordo com a transcrição do depoimento de Elizabeth Teixeira acima, os primeiros contatos eram realizados de forma pessoal através de visitas às fazendas e conversas sobre a condição de exploração na qual os trabalhadores estavam submetidos no município de Sapé.

Contudo, a reação dos fazendeiros ao saberem do movimento foi imediata. De acordo com a irmã Tonny, em 1955:

João Pedro foi preso no dia seguinte e espancado, mas tudo continuou... Reuniões-relâmpagos nas fazendas, nas feiras e na sapataria de Nego Fuba, Sapé. O movimento crescia, atraindo gente graúda da cidade como: o agrônomo Assis Lemos, dentistas, advogados etc. Faziam-se comícios relâmpagos nas feiras e nas periferias, mostrando a realidade cruel e como agir (CONSULTA POPULAR, 2002, p. 45-46)

Foi em um contexto de adversidades que a Liga Camponesa de Sapé ganhou forças. Elias Quirino (2006) relata um pouco sobre este fato:

Em Sapé as reuniões eram muito visadas. A gente saía e ia ter aquele encontro na casa de um companheiro. Só a gente era quem sabia. [...] A gente se deslocava e tinha aquela reunião. [...] A gente marcava um dia para visitar um camponês numa zona rural e convidava outros. E assim a gente ia fazendo o movimento até que ele cresceu (QUIRINO, 2006 apud VAN HAM, 2006, p. 53)

É importante ressaltar que a realização dos comícios e passeatas de forma surpresa foi uma estratégia encontrada pelo movimento, a fim de atrair trabalhadores rurais para as ligas camponesas, além de gerar oportunidades para evidenciar os problemas vividos pelos pequenos agricultores e com isso ampliar o movimento para pressionar o poder público e os grandes latifundiários. Pode-se perceber a importância desses eventos a partir do seguinte relato:

A qualquer hora do dia ou da noite, que a liga precisasse convocar camponeses, era só soltar os três foguetões, e os outros iam soltando e o camponês parava o que estivesse fazendo e se dirigia para a sede da liga (relato de Assis Lemos no SMC, 2006)

Diversos encontros foram realizados em conjunto e podemos destacar os que ocorreram no município de João Pessoa, nos dias 1º de maio e 29 de julho de 1962. A força do movimento era tão expressiva que neste último momento, existe a perspectiva da participação de cerca de 40 mil pessoas (LEMOS, 2008).

Assis Lemos, em seu relato no Seminário Memórias Camponesas descreve com maestria como ocorria a realização desses comícios:

Vocês não imaginam, quando se marcava uma concentração, como houve em 1º de maio, com a vinda do presidente João Goulart à Paraíba, quantos milhares e milhares de camponeses que vinham do interior e enchiam a Lagoa, o Ponto de Cem réis etc., era um quantidade imensa de camponeses que vinham do campo e, em troca, a população dos bairros pobres de João Pessoa também se deslocava de onde estivesse e vinha participar, se juntar com os camponeses, nas suas demonstrações e nas suas lutas (relato de Assis Lemos no SMC, 2006))

Ao longo do tempo as ligas passaram por processos de mudança em sua organização e estruturaram ainda mais as suas pautas e reivindicações. A rápida expansão e preocupação com o bem estar social dos trabalhadores rurais geraram inquietações para reafirmar os seus objetivos e lutar pelos direitos dos camponeses. Para Pessoa (2015), os principais focos das lutas camponesas na Paraíba se pautaram no extermínio do “cambão”¹ e no constante aumento do “foro”².

¹ O cambão se dava no dia em que o trabalhador fornecia sua força de trabalho ao proprietário sem receber nem um pagamento em troca.

² O foro se referia a contraprestação devida pelo trabalhador ao patrão, em decorrência da utilização da terra, ou seja, parte da produção obtida pelo camponês era de posse do proprietário. Essa prática era tida como uma forma de pagamento do “aluguel da terra” (arrendamento).

De fato, esta luta se deu como a de maior importância ao longo, principalmente, dos primeiros anos de atuação política das ligas camponesas. Este processo de luta associado ao fim do cambão se ergueu em referência a seguinte com bases:

a) organização de manifestações diretas que ocorriam na zona rural, com o intuito de pressionar os grandes proprietários de terra, objetivando extinguir esta forma de relação de trabalho, conforme o relato abaixo:

Então, os camponeses foram se convencendo disso e nesse boletim que vocês estão na mão, esses camponeses andando no campo, eram os camponeses das ligas que estavam organizados para irem de fazenda em fazenda acabar com o “cambão”. Saía aquele grupo de camponês, ia à fazenda, cercava a casa do dono da terra e ia negociar para, a partir daquele instante, acabar com o trabalho gratuito na propriedade (relato de Assis Lemos no SMC, 2006)

b) negociações envolvendo os representantes legais dos proprietários, os membros das ligas camponesas e dos representantes do poder público estadual:

Assim foi se conseguindo uma vitória atrás da outra, até que houve uma reunião, em João Pessoa, entre um grupo de proprietários e as ligas camponesas, onde o governo conseguiu um acordo, que a partir daquele dia estava acabando com o “cambão” na Paraíba. Quem conseguiu isso? Que grande vitória foi essa? As ligas camponesas (relato de Assis Lemos no SMC, 2006)

A partir daí, as ligas passaram a ofertar assistência jurídica aos camponeses. É importante ressaltar que não foi um processo fácil, principalmente por conta da ausência de uma legislação específica e do pequeno quantitativo de advogados que se dispuseram a defender os trabalhadores rurais, conforme o depoimento de Ofélia Amorim (2006):

Além dessa atuação, nós começamos também a defender os direitos trabalhistas. Até então, [...] os camponeses não tinham o menor direito, mesmo quando ele era empregado [...], ou seja, ele não tinha jornada de trabalho, ele não tinha férias, não tinha aviso prévio. Naquela época ainda não tinha sido votado o 13º, que foi uma grande conquista do trabalhador brasileiro, mas durante o governo João Goulart. Então, nós também começamos a atuar na Justiça do Trabalho. [...] Então, quando entrou a primeira reclamação contra um senhor de engenho, de Areia, ele [...] deu a decisão favorável ao camponês. Quer dizer, pela primeira vez havia sido questionada a relação de trabalho sem os direitos assegurados ao trabalhador (depoimento de Ofélia Amorim no SMC, 2006)

De acordo com Targino *et al* (2011):

A repressão política ao movimento das ligas camponesas se expressou em assassinatos, perseguições, prisões, mas também se difundiu em sentimentos de medo e imaginário de terror nas populações do campo e da cidade. Isso, a nosso ver levou o silenciamento da memória das ligas camponesas, seja

pelos que participaram diretamente, seja por outros que vivenciaram a repercussão pública dos acontecimentos. (TARGINO ET AL, 2011, p. 85)

É importante ressaltar que tudo o que foi vivido pelas pessoas que estiveram envolvidos no movimento gerou um trauma. Muitos foram coagidos a se calar. Targino *et al* (2011), dizem que a memória destas pessoas foi eliminada, a partir da “eliminação de vestígios, como os documentos escritos, notícias de jornal, fotos, etc.” (TARGINO ET AL, 2011, p. 86).

Ao longo do tempo o grau de mecanização da agricultura foi se elevando cada vez mais. Na Zona da Mata, ocorreu entre os anos de 1970 e 1985. Moreira e Targino (1997) nos fornecem dados acerca desse crescimento:

O número total de unidades de produção industrial do setor canavieiro da região passou de 5 para 16, a área de cana colhida e a quantidade produzida expandiu-se vertiginosamente. Paralelamente, os produtores familiares e os membros não remunerados de família decresceram 9,9% e os parceiros 16,9%. Enquanto isso, os empregados assalariados experimentaram uma elevação da ordem de 64%, sendo esta diferenciada: 30% de aumento dos assalariados temporários permanentes e 89% de aumento dos assalariados temporários. Entre 1975 e 1985, período de apogeu do Proalcool, os assalariados cresceram na região 67,4%, destacando-se os assalariados temporários, com um crescimento da ordem de 93,6%. (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.)

No trabalho ‘Espaço, Capital e Trabalho no Campo Paraibano’, Moreira e Targino (2011) explicam como ocorre essa resistência camponesa mediante a dominação capitalista no espaço agrário do estado da Paraíba. Segundo os autores, essa “resistência se expressa através: a) da luta por terra e água; b) da luta por melhores condições de trabalho e; c) da luta por novas formas alternativas de organização da produção e do trabalho” (MOREIRA; TARGINO, 2011, p. 149). De fato, a inserção dos ideais capitalistas no espaço agrário força o camponês a se reinventar e lutar por direitos, estes que deveriam ser assegurados pelo Estado, tendo em vista a vulnerabilidade ao qual essa população está disposta. Portanto, ao passo que há o conflito, há uma forma de resistência por parte do campesinato.

Tendo em vista a questão da exclusão e da pobreza, a população trabalhadora, reagiu de diferentes formas e em diferentes momentos em busca de justiça social. Diante disto, temos a organização dos movimentos de massa, cuja maior expressão na localidade foram as Ligas Camponesas; mais recentemente temos a organização dos movimentos sociais, que além da luta pela reforma agrária, buscam incessantemente, a justiça social

esquecida no campo por parte do Estado. Dentre os mais atuais movimentos, temos: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O processo de organização do Movimento dos Sem Terra se deu ao longo da década de 1970, através de movimentos populares de trabalhadores sem-terra, principalmente nas regiões sudeste, centro-oeste e sul e com o tempo foi se consolidando, ao passo em que as transformações socioespaciais foram acontecendo no Brasil, se expandiu pelo restante do território.

O MST, como um movimento organizado de luta pela terra, surgiu oficialmente no ano de 1984, no município de Cascavel-PR, onde ocorreu o Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Este evento contou com a participação de 80 representantes de 13 unidades federativas, dentre elas, podemos citar: Rio Grande do Sul/RS, Santa Catarina/SC, Paraná/PR, São Paulo/SP e Mato Grosso do Sul/MS (COMPARATO, 2001).

Atualmente, o movimento está organizado em 24 estados em todas as regiões do país. De acordo com dados e informações fornecidos no site do MST, já somam um total de 350.000 a quantidade de famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais. Estas famílias que estão assentadas ou acampadas, estruturam-se em núcleos que discutem de forma participativa e democrática as necessidades de cada área.

De acordo com Caldart (2001):

Quantidades pequenas diante da realidade das mais de 4,5 milhões de famílias sem-terra existentes no país, mas significativas, dado o histórico da questão agrária entre nós, e a dignidade humana construída mediante tais números. O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas (CALDART, 2001, p. 207).

É importante ressaltar que o MST não foi o primeiro movimento de luta por terra existente no Brasil. Apesar de ser considerado um ator político recente, todos os seus atos e características organizacionais não são originais, porém a forma de articulação com diversos segmentos da sociedade civil é um fator que o impulsiona e o fez ganhar força ao longo do processo de sua estruturação (COMPARATO, 2001, p. 105).

No estado da Paraíba, bem como em grande parte da região Nordeste, os sem-terra vivenciaram diversas experiências ao longo do processo de estruturação e consolidação

do Movimento. O Movimento teve início no referido estado após o I Congresso do MST, que ocorreu em Curitiba-PR, no ano de 1985 (FERNANDES, 1999). Logo nos primeiros anos de existência, os principais debates foram acerca da articulação dos trabalhadores sem-terra em sindicatos, a partir disto a secretaria estadual do movimento (LAZARETTI, 2007).

Ao longo dos anos o campo de atuação do MST foi se ampliando cada vez mais e a organização do Movimento se preocupava com a formação e a articulação de base em diversos municípios do estado, como Pirpirituba, Guarabira, Cuitégi, Lagoa de Dentro, Mari, Alagoinha, Alagoa Grande, Araçagi, Bananeiras e Jacaraú. A partir de 1991, houve uma mudança do ponto de vista organizacional, prioriza o trabalho de formação de lideranças, bem como o desenvolvimento de novas técnicas voltadas a educação junto aos trabalhadores (OLIVEIRA; GARCIA, 2008).

A primeira ocupação de terra executada pelo MST no estado ocorreu no dia 07 de abril de 1989, onde cerca de 150 famílias camponesas da região do Brejo paraibano, ocuparam a Fazenda Sapucaia, no município de Bananeiras, cujo proprietário era o latifundiário Camilo Oliver Cruz, com aproximadamente 2400 ha de extensão.

A referida propriedade foi palco de diversos conflitos envolvendo as famílias de assalariados que ali residiam e que lutavam incessantemente pelo uso da terra para a produção da agricultura familiar e de subsistência. Estes moradores foram expulsos de forma violenta, mas continuaram acampados nas proximidades até o dia 03 de setembro de 1989, contudo a falta de intervenção por parte do Governo para que houvesse, de fato, a desapropriação da fazenda, as famílias se juntaram a outras tantas. Com o aumento do quantitativo, a necessidade por terra para produzir também aumentou, logo, houve uma nova ocupação, dessa vez na Fazenda Maniçoba, localizada no município de Esperança. (LAZARETTI, 2007).

Atualmente, segundo dados da Secretaria Estadual do MST-PB – de acordo com pesquisa realizada no ano de 2007 – existem 36 assentamentos liderados pelo MST na Paraíba. O Movimento, no estado, se organiza através de nove brigadas que contam com um ou dois diretores, representantes da Coordenação de cada assentamento/acampamento e com um ou dois representantes de cada Setor de atuação (OLIVEIRA; GARCIA, 2008).

3. MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS: DA LUTA E PARA A LUTA

Para compreender a importância das ligas camponesas na comunidade Barra de Antas, a análise dos relatos obtidos através das entrevistas foi dividida em quatro partes. Na primeira parte é feita uma análise acerca da importância de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira, bem como entender a presença da história deles na comunidade. Na segunda, o objetivo foi entender se os moradores conhecem a história das Ligas Camponesas e a sua importância para a comunidade. Na terceira, a importância do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas para a formação contínua dos moradores da comunidade. A quarta e última seção leva em consideração as perspectivas socioeconômicas para o futuro da comunidade.

3.1 João Pedro e Elizabeth Teixeira, os precursores da luta pela terra e (re)produção camponesa

Neste tópico é abordada a importância da memória de João Pedro Teixeira e a continuidade da luta da sua esposa Elizabeth Teixeira para os moradores da comunidade.

O processo de organização da luta pela terra e por direitos dos camponeses e camponesas na região se deu a partir de inúmeros conflitos. O movimento tomou uma proporção tão grande que em determinado momento culminou com o assassinato de João Pedro Teixeira, não obstante sua esposa, Elizabeth Teixeira, ter dado continuidade à luta. Atualmente os moradores enxergam seus precursores como eternos líderes. Indagados acerca da importância deles para a comunidade, é perceptível que a memória das lutas e conquistas contínua movendo o senso de justiça social.

Com relação à importância de João Pedro e Elizabeth para comunidade, costumamos dizer aqui em Barra que eles são nosso ‘mourão’ né... é através da luta, da história deles que nos inspira, sabe? Nos inspira a dar continuidade a luta né... quem nos fortalece, e faz com que a gente resista, sabe? A tantos desafios. (Entrevistada 1. Entrevista realizada em abril/2021)

O entrevistado 2 ressalta que além de contribuírem para a continuidade da luta, foram eles – João Pedro e Elizabeth Teixeira – que fizeram com que Barra de Antas seja vista hoje como uma referência:

A importância do processo, né... das ligas de... com João Pedro e Elizabeth é grande para nossa região não só a nossa comunidade Barra de Antas, né... mais especificamente, porque é através desse processo de luta de organização dos camponeses que a nossa comunidade passou a ser referência municipal, referência estadual, referência nacional e mundial também, né... que a gente recebe delegações aqui... a comunidade recebe delegações de todo canto do Brasil e do mundo e isso trouxe uma visibilidade, trouxe para a comunidade que há tempos atrás não via isso, né... trouxe essa expectativa também do novo. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021)

Apesar de toda essa visibilidade, a comunidade ainda enfrenta diversas questões sociais, econômicas e ambientais, que serão expostas e discutidas no tópico 2.4. Contudo, é importante reiterar que mesmo com todas as dificuldades Barra de Antas continua resistindo ao longo do tempo, como pode ser visto no depoimento a seguir:

Em alguns momentos a gente também teve algumas frustrações, porque a gente gostaria que tivesse mais investimento, por falta de compromisso de alguns governos em olhar mais para região para comunidade, né... uma comunidade histórica que teve um estudo feito pelo Instituto... através do Ministério Público Federal do MPF, Dr. Zé Godoy instituiu para que fosse feito um estudo e constatou que a gente tem as características de ser uma comunidade tradicional ribeirinha, porém ainda não foi reconhecida, mas o estudo foi feito e a gente enfrentou as lutas de organizações por melhoria na saúde na educação da comunidade, nós lutamos pelo lazer que é o campo de futebol (Figura 02) e conquistamos... nós conquistamos calçamento da comunidade, nós conquistamos regularização do atendimento médico, nós tivemos a luta pela terra aqui já pela Fazenda Antas que é o acampamento Elizabeth Teixeira. Então tudo isso é fruto a luta das ligas camponesas e que reflete na história de João Pedro e Elizabeth que nós temos como nossa referência na organização de lutas, né... da luta, então a gente está sempre atento aos direitos, o que é nosso dever e o que é nosso direito, a gente está sempre na organização, a gente tá sempre em luta, sempre em movimento dizendo e reafirmando que nós estamos aqui... a comunidade Barra de Antas existe, temos problemas, temos conquistas, mas tudo que conquistou foi com organização do povo com luta e isso é muito importante para gente... Elizabeth que ainda está em nosso meio, né... viva... aos seus 96 anos e quando vem a comunidade em alguns momentos é de uma alegria, uma gratificação imensa para gente. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021)

Figura 02: Campo de futebol da comunidade Barra de Antas



Fonte: Acervo do autor. Visita realizada a comunidade em julho/2019.

A entrevistada 2 tem uma visão semelhante e evidencia que João Pedro e Elizabeth Teixeira, de fato, têm grande relevância para o processo de construção de uma identidade para dar continuidade a luta por direitos e pela terra, que comumente são negligenciados pelos gestores públicos.

A história deles ainda é presente, muito presente aqui na comunidade Barra de Antas, porque é uma comunidade que só conquista, né... políticas públicas e seus direitos que são negados... que muitos são negados até hoje é através da luta e foi através da história de João Pedro e Elizabeth, através da luta deles e tantos outros companheiros que tombaram na luta, que despertou, né... despertou em nós camponeses e camponesas a necessidade de lutar, de buscar nossos direitos que tanto são negados, então eles são nossos 'mourão', é quem nos inspira, quem nos fortalece, é quem nos dá resistência para gente continuar lutando e lutando por dias melhores no campo. (Entrevistada 1. Entrevista realizada em abril/2021)

Pode-se observar que a percepção dos entrevistados é congênere. Portanto, dá-se a entender que, de fato, a comunidade só conquistou a destinação de algumas políticas públicas através, principalmente, da história de luta iniciada por João Pedro, Elizabeth Teixeira e outros camponeses e camponesas que fizeram despertar a necessidade da luta por direitos inerentes a qualquer indivíduo.

3.2 Ligas camponesas, uma referência para a continuidade da luta

Neste tópico é relatada a trajetória das Ligas Camponesas e sua importância para a continuidade da luta e (re)existência dos moradores da comunidade Barra de Antas, sob a perspectiva dos sujeitos entrevistados.

De acordo com o entrevistado 2, a comunidade passou por um processo de aceitação da história das ligas:

A história das ligas camponesas a gente na região... a gente não conhecia, né... a gente tinha um bloqueio grande de falar sobre isso, porque quando se tocava no assunto ligas camponesas, João Pedro Teixeira, não pode falar que isso é feio, isso é aquele povo que fazia bagunça, aquele povo que queria tomar terra dos outros, então tinha isso soava muito negativo, depois que a gente começou com essa organização, começou ler, começou conhecer as pessoas, a gente começou a conhecer a Elizabeth pessoalmente, conversar com outras pessoas conversar com professores da Universidade, que eu lembro a professora Rosa Godoy, quantas palestras não teve por aqui na região com a gente?! A professora Emília Moreira, quantas palestras?! O Professor Ivan, o professor Toninho e tantos outros, né...que a gente conversava... o contato com Frei Anastácio, com própria Pastoral da Terra trazendo essa história das ligas, então a gente começou a discutir, a dialogar[...]. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021).

A entrevistada 1, por sua vez, em uma de suas respostas, expõe a situação dos camponeses e camponesas antes da formação das ligas camponesas de Sapé:

[...] tantos que eram negados e explorados, de ser alienado por patrões, por latifundiários, que trabalhavam nas terras não tinham direito nem sequer a remuneração, nem sequer a ter vida digna, nem sequer ter a sua liberdade, então tantos e tantos direitos que eram negados, que você era posseiro, morava na terra, trabalhava na terra, mas tinha que comprar em barracão, tinha o dia do cambão que você trabalhava de dois a três dias de graça para o patrão, muitas das vezes as filhas dos trabalhadores eram estupradas, violentadas de todas as formas, não podia produzir e quando produzisse tinha que dividir a metade dessa produção com patrão [...] (Entrevistada 1. Entrevista realizada em abril/2021).

Contudo, é a partir da formação e organização das ligas no município que os camponeses e camponesas passaram a ser ouvidos(as). É justamente a partir dessa organização que é despertado o senso de justiça social contra a violência e desigualdades no espaço agrário.

[...] então foi a partir das ligas camponesas que os camponeses e camponesas tiveram conhecimento e despertaram desejo de lutar contra todas essas violências, explorações que se tinha e até hoje a gente ainda vê que ainda é... que ainda existe e é muito frequente ainda, né... não tão forte quanto antes, no período das ligas camponesas, mas a gente ainda vê em algumas localidades e algumas comunidades a gente ainda vê isso presente infelizmente e até no nosso Brasil a gente ainda vê, no nosso país a gente vê que ainda existe muitos direitos negados, a gente tem clareza disso e os nossos direitos são negados e se não for com luta, com garra, com união do povo, né... a gente não consegue conquistar nenhum desses direitos que são negados. (Entrevistada 1. Entrevista realizada em abril/2021).

Portanto, é importante ressaltar que sem as ligas camponesas, provavelmente a comunidade Barra de Antas estaria passando por dificuldades bem mais adversas. Um fato é que este movimento auxiliou na construção do pensamento de luta da população, evidenciada pelas conquistas de direitos ao longo do tempo. De acordo com o entrevistado 2:

[...] o que existe hoje, mais de 300 assentamentos no estado da Paraíba foi fruto de muita luta, fruto de muito suor, fruto de muito sangue derramado, de muito processo jurídico, de prisão por espancamento de trabalhadores e trabalhadoras, de muitas mobilizações que nós fizemos em João Pessoa, entendeu?! Então assim, nós vivemos... eu vivi esse momento, então quando eu falo aqui é porque eu vivi, quando você vivência você, de fato, fala com mais propriedade das coisas, então a importância é grande porque as ligas ela é o pilar, ela é a base para todo esse movimento que existe hoje de resistência, de luta, de enfrentamento, para que de fato, como diz a Elizabeth Teixeira até hoje, para que de fato, uma reforma agrária ainda seja implantada em nosso país, onde todos, a mulher, o homem do campo tenha a dignidade para sobreviver do campo e no campo. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021).

Atualmente, o município de Sapé conta com oito assentamentos que há alguns anos era de domínio de latifundiários. O movimento gerado pelas ligas camponesas culminou na conquista de diversos territórios e políticas públicas para o desenvolvimento e ascensão socioeconômica dos camponeses e camponesas da região. Na comunidade Barra de Antas, o movimento liderado por João Pedro Teixeira foi o responsável por grande parte das conquistas através da conscientização da população que, diante das condições de vida, a continuidade da luta é, de fato, necessária, pois:

[...] trouxe uma conscientização política, social, de direitos, de inclusão, entendeu... de provocação, que a gente provoca uma educação do campo diferenciada também, então a gente vai, a gente enfrenta, a gente tem uma política... veja, o programa PNAI, o programa da merenda escolar que tem que comprar no mínimo 30% da agricultura familiar, isso é um reflexo de uma luta grande, o PDAA que é o Programa de Aquisição de Alimentos que também o governo compra os alimentos e ele é distribuído para as periferias da cidade e é comprado tudo da agricultura familiar. Então isso é fruto do processo que vem desde as ligas camponesas que era o sonho de João Pedro Teixeira... era reforma agrária para que o homem e a mulher do campo pudessem sobreviver dignamente no campo, então é muito importante essa base que a gente tem de organização e de enfrentamento de lutas que eram as ligas camponesas. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021)

Diante disto, pode-se inferir que as Ligas Camponesas na Paraíba tiveram um papel importante na construção e organização das lutas por terra para os moradores da comunidade. Os entrevistados possuem relatos que conversam entre si, evidenciando ainda mais todo o processo de conquistas ao longo do tempo no município de Sapé e mais especificamente na comunidade Barra de Antas. Tudo isso é fruto de muita organização e articulação entre os moradores em geral e líderes da comunidade.

3.3 Memorial das Ligas e Lutas Camponesas: memória viva da luta de João Pedro e Elizabeth Teixeira

A formação e a conscientização contínua dos moradores da comunidade devem permanecer. Com esse intuito surge o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Espaço de vivência e memórias que corresponde ao local onde habitavam João Pedro e Elizabeth Teixeira. Atualmente este espaço possui um anexo que foi construído ao lado da referida casa, no mesmo terreno que foi conquistado através da luta por moradores de Barra de Antas.

O sistema organizacional do Memorial visa intensificar a importância de a comunidade compreender todo o processo de articulação e organização das ligas camponesas

na comunidade, formando e conscientizando continuamente os moradores e moradoras, camponeses e camponesas residentes nas proximidades, além de auxiliar na luta por direitos. É importante ressaltar que o Memorial atende e dá suporte, além da comunidade Barra de Antas, também a comunidade Chã de Barra e o assentamento Nova Vivência, que estão localizados na região. O entrevistado 2 amplia esta discussão:

A importância do Memorial das Ligas Camponesas para comunidade, para nossa região é grande a importância, porque veja, a gente quando enfrentamos a luta para conquistar a terra que hoje é o memorial, 7,7 hectares, onde hoje é o Memorial, a casa que é um Museu Histórico, que já foi construído o anexo (Figura 04) e através processo nós conquistamos vários cursos de formação para mulheres, para jovens, crianças, também a conquista do campo de futebol foi uma área cedida pelo Memorial para que fosse feita uma área de lazer que o esporte aqui é forte, os jovens e adolescentes gostam muito de jogar futebol e não tinha uma área para jogar e foi feito parceria entre prefeitura, o Memorial e o governo do estado e se fez o campo de futebol para comunidade, o processo de luta pela questão de manutenção das estradas de acesso ao Memorial e a comunidade de Barra, Chã de Barra e Nova Vivência é um processo que a gente tem um convênio, uma parceria com DER (Departamento de Estradas e Rodagem do Estado da Paraíba) para que esteja sempre essas estradas em manutenção para ajudar tanto fluxo de transporte, quanto para visitar o memorial, então isso é uma conquista para comunidade. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021).

Figura 03: Anexo do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas



Fonte: Acervo do autor. Visita realizada ao Memorial das Ligas e Lutas Camponesas em julho/2019.

A entrevistada 1 evidencia isso quando afirma que:

O Memorial das Ligas de Lutas camponesas ele é histórico, né... é histórico em nossa comunidade, vai para além de um museu, vai para além de um espaço de memória, porque não é só espaço de memória das ligas, de João Pedro, de tantos outros que tombaram, é um espaço de formação, é um espaço de dar continuidade as novas lutas que após as ligas camponesas surgiram e ainda surgem, né... então é um espaço que forma criança, jovem, adultos, grupos organizados que temos aqui no Memorial, né [...]. (Entrevistada 1. Entrevista realizada em abril/2021)

O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas exerce papel fundamental para o processo de sensibilização da população em relação às dificuldades enfrentadas e consequentemente a organização dos moradores para cobrar dos gestores públicos melhorias para a comunidade.

O Memorial já cumpre seu papel social, político, econômico, né... porque temos grupo de mulheres que trabalham com produção de medicamentos à base de plantas medicinais, temos o grupo do roçado que produz nas terras do memorial,, temos um grupo de jovens temos tecnologias sociais, temos formações para todo esse corpo que faz parte aqui Memorial das Ligas de Lutas Camponesas e o Memorial ele é simbólico, ele é de suma importância aqui na comunidade, que estamos dando continuidade a luta de João Pedro, a luta de Elizabeth, a luta de tantos outros companheiros e companheiras que tombaram na luta e a gente tá aos poucos, mesmo com tantos desafios que a gente tem, com a dificuldade financeira que a gente tem para manter... para a sustentabilidade do Memorial, mas com a ajuda, com garra com união estamos conseguindo realizar esse trabalho, né... e buscando políticas públicas junto com a comunidade Barra de Antas, porque o Memorial ele não fica distinto da comunidade, o Memorial ele é da comunidade, ele faz parte da comunidade [...]. (Entrevistada 1. Entrevista realizada em abril/2021).

Além de tudo isso, a comunidade conseguiu, através da articulação entre os moradores, o Memorial e os órgãos públicos, algumas melhorias do ponto de vista da infraestrutura básica, conforme relato do entrevistado 2:

A gente tem um convênio, uma parceria com DER (Departamento de Estradas e Rodagem do Estado da Paraíba) para que esteja sempre essas estradas em manutenção para ajudar tanto fluxo de transporte, quanto para visitar o memorial, então isso é uma conquista para comunidade [...] isso é importante, então ele foi importante, porque chama a atenção também, ele foi importante... foi não, ele é importante, porque ele chama sua atenção para a realidade dessa comunidade de Barra de Antas, uma comunidade simples, carente, uma das mais carentes do município de Sapé, né... mas o Memorial e a comunidade, a gente trabalha junto... dentro dos problemas que se tem, os embates que nós temos também, que isso é importante, os conflitos entre a gente, de ideias, de algumas visões, mas é importante porque juntos a gente só se fortalece para o futuro da comunidade, né... para as pessoas que vão vir

depois da gente para continuar essa luta. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021)

Concordando com o que foi exposto anteriormente, a entrevistada 1, ressalta que:

é através desses grupos que a gente tá reivindicando, que a gente tá lutando, buscando melhoria para a comunidade e o Memorial vem fazendo esse papel de relevância, sabe? Vem fazendo muito bem esse papel de estar junto com povo, de estar junto com a comunidade, tá buscando melhorias, é reivindicando melhorias para as estradas, reivindicando moradias para a comunidade que mora na margem do rio, reivindicando educação, reivindicando produção agroecológica, então a gente tá na luta dia a dia buscando melhoria para nossa comunidade. (Entrevistada 1. Entrevista realizada em abril/2021)

De fato, observa-se que o relato anterior evidencia o papel do Memorial no processo de (re)existência dos moradores da comunidade. As reivindicações são pertinentes em um cenário de injustiça social que acaba oprimindo pessoas que sempre foram segregadas e impedidas de terem acesso a políticas públicas básicas inerentes a qualquer cidadão. É importante que os agentes públicos, através de soluções efetivas, façam com que essas pessoas passem por um processo de ascensão socioeconômica, sendo inseridas em uma realidade até então nunca vivida.

A população de Barra de Antas e suas comunidades adjacentes necessitam de um olhar especial por parte dos governos municipal e estadual. Ainda existe uma série de questões a serem resolvidas. Contudo, a integração e articulação entre os moradores em geral, o Memorial das Ligas e Lutas Camponesas e a permanência das memórias das lutas das Ligas Camponesas, lideradas por João Pedro, Elizabeth Teixeira e alguns outros companheiros de luta, como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, faz com que a comunidade resista e enfrente os problemas que ainda permanecem e afetam o desenvolvimento dos moradores e moradoras (camponeses e camponesas).

3.4 Barra de Antas e suas perspectivas para o futuro

Aqui serão discutidas com mais abrangência algumas das questões levantadas anteriormente a partir dos relatos dos entrevistados, com o objetivo de expor as necessidades atuais e futuras que não permitem a ascensão socioeconômica da população residente em Barra de Antas.

As problemáticas são demasiadamente relevantes, permeiam a população há muito tempo e impedem a inserção dessas pessoas em uma nova realidade. Uma nova possibilidade para o desenvolvimento conjunto da comunidade. É evidente que todos os relatos expostos anteriormente já mostram a importância de todo o processo que configura um ato de resistência e revolta a todas as injustiças sociais presentes no espaço agrário.

Os problemas são decorrentes do processo de construção do território paraibano, que se deu de forma desigual ao longo do tempo, privilegiando aqueles que sempre possuíram um maior poder aquisitivo. As questões são estruturais e merecem ser analisadas, merecem ser discutidas e o mais importante, merecem ser resolvidas. A falta de serviços básicos faz com que a população acabe permanecendo em uma eterna recessão. O entrevistado 2, ressalta que:

O que se faz necessário para melhorar a comunidade, a vida da população é... hoje a gente precisa que de fato saia do papel o projeto de habitação, porque são 60 famílias que moram em área de risco na margem do rio que tem que sair quando dá enchente a água entra nas casas e aqueles que moram nos quintais das casinhas pequenininhas, quartinhos e ainda tem nos casos de taipa [...]. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021)

De acordo com informações obtidas durante as entrevistas, já existe um terreno na comunidade que foi comprado pela prefeitura do município de Sapé, a partir de reivindicações da comunidade. O terreno tem cerca de três mil hectares de extensão e o projeto para a construção de 60 casas está sob a responsabilidade do governo estadual. Contudo, outros problemas, não menos importantes, também assolam estas pessoas, conforme relato do entrevistado 2:

A gente precisa de habitação, a gente precisa da presença, de fato, da Unidade de Saúde da Família, senão a unidade com toda equipe, mas que a gente possa ter o posto âncora de saúde que possa atender essa comunidade, não só Barra de Antas, mas a região... são três comunidades, a gente precisa de um apoio no sentido de ter um transporte para saúde, porque a gente muitas vezes... alguma pessoa adocece à noite e para ir à cidade de Sapé é 40, 50 reais um carro alugado, muitas vezes as famílias não tem esse dinheiro, então se a gente tivesse ou tiver na comunidade por parte do poder público um carro à disposição para essas urgências e emergências já muito vem a melhorar as condições do nosso povo, né... e o acesso... o acesso que a gente sonha que possa se fazer um asfaltamento ou uma terraplanagem, compactação de solo para que a estrada da gente que é de barro e tem 5 km de acesso para que ela fique melhor, já que o estado não fez a passagem molhada no rio que era uma ponte por questões técnicas que o DER avaliou na época e disse que não teria condições de fazer, mas são esses pontos principais e a ampliação do sistema de abastecimento de água que a gente precisa, porque a população está aumentando e já se faz necessário ter esse

olhar, essa atenção especial. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021).

Percebe-se que as necessidades da população de Barra de Antas são básicas e apesar das dificuldades, o senso de coletividade faz com que estas pessoas existam e resistam a todas as injustiças sociais. A melhoria das vias de acesso à comunidade faria uma enorme diferença, facilitando a sua integração com outros espaços, outros territórios, alavancando a ascensão socioeconômica dos camponeses e das camponesas que vivem na região.

A infraestrutura da comunidade é precária. A falta de políticas públicas direcionadas acaba por legitimar uma realidade que, naturalmente, sempre foi complexa. A negligência dos gestores públicos fomenta ainda mais a necessidade de haver uma mudança na estrutura política do Brasil. Prezando sempre pela inclusão da parcela da população que sempre foi segregada e impedida de ter seus direitos garantidos.

Apesar de todas as questões enfrentadas, percebe-se que a população permeia o ideal de continuar a luta iniciada por João Pedro e Elizabeth Teixeira, fazendo valer todas as conquistas que se efetivaram ao longo do tempo de existência da comunidade.

Eu moro aqui na comunidade e pretendo continuar namorando aqui na comunidade, né... porque? Por que aqui é minha história, sou nascida e criada aqui na comunidade, então eu me apropriei da minha história e a gente não deve esquecer o nosso lugar de origem jamais e eu tenho essas histórias no sangue, na força de vontade, né [...] aí consegui me identificar enquanto mulher, enquanto mãe, enquanto camponesa, né... enquanto feminista, me apropriando da minha história, da minha identidade, então eu valorizo a minha história, valorizo a minha comunidade e me identifico com o campo, jamais eu quero sair do campo [...] (Entrevistada 1. Entrevista realizada em abril/2021).

A entrevistada 1 guarda consigo todas as memórias de lutas e conquistas da comunidade Barra de Antas e isso faz com que haja a permanência de um senso de justiça social que se perpetua pelas gerações dos camponeses e camponesas que residem na localidade. O entrevistado 2, tem uma visão parecida quando relata que:

Pretendo sim continuar da comunidade. Hoje eu moro no entorno da comunidade [...] não é que eu não more na comunidade Barra de Antas, eu não estou dentro da comunidade, mas é do lado próximo da escola (Figura 05), fica um pouquinho afastado, mas é território de Barra de Antas e assim eu sonho, sabe... eu tenho um sonho, eu quero que a gente possa construir as 60 casas para as famílias que moram na área de risco, eu quero ver acontecer o asfaltamento da estrada de acesso até a comunidade de Barra de Antas, eu quero estar junto com a comunidade como eu estive quando a gente conquistou recentemente o calçamento da comunidade, quando a gente conquistou a construção do Centro de convivência de fortalecimento de

vínculos, quando a gente conseguiu a reforma e ampliação da escola da gente que era abandonada, escola essa onde eu estudei, quando a gente conseguiu a regularização do atendimento médico, então assim eu quero sim estar presente, vou estar presente por aqui sempre, porque mesmo eu estando trabalhando, estando em espaços públicos porque eu já fui... sou daqui da comunidade, mas já fui secretário de município, já trabalhei no governo aqui municipal, mas assim a gente nunca esqueceu a comunidade, a gente sempre tava olhando pela comunidade, brigando pela comunidade para que as conquistas fossem chegando para comunidade como eu sempre digo para a gente, né... a coleta de lixo a gente tinha coleta de lixo... nunca tivemos uma coleta de lixo na comunidade, então a gente tem hoje três vezes coleta de lixo na comunidade, isso é importante uma comunidade com 150 famílias cercada pelo rio, então a gente tem que preservar a natureza, a gente tem que buscar a manter esse espaço preservado, limpo, porque se a gente pega 150 famílias e joga todo lixo do rio, né... é complicado, precisa ter essa educação ambiental que é difícil... a comunidade assim... o povo é teimoso, mas a gente tá ali “gente vamos ter consciência, vamos dialogar” e sempre tem lutas, sempre tem lutas, nunca acaba, todo dia surge uma nova luta [...]

(Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021)

Figura 04: Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Barra de Antas



Fonte: Acervo do autor. Visita realizada a comunidade em julho/2019.

Pode-se observar o quanto é importante a organização e articulação dos moradores com o intuito de reivindicar e resolver os problemas enfrentados pela comunidade.

Sem a resistência e a cooperação mútua entre todas as partes não há como solucionar estes entraves que assolam os camponeses e as camponesas há muitos anos.

Agora mesmo em breve vai surgir mais lutas e a gente está sempre pronto para se apoiar, para se ajudar, para enfrentar, para que a gente possa ter um futuro cada dia melhor, sempre eu digo isso “o que vem para região, o que vem para comunidade, vem para mim, vem para todos, vem para cada um de nós para melhorar nossa vida”, então resistir para existir é nosso lema. Temos que resistir para existir... é o que temos que fazer sempre. (Entrevistado 2. Entrevista realizada em maio/2021).

Diante do exposto, sobretudo com os relatos dos entrevistados, fica explícito, portanto, que a resistência é a forma encontrada por estas pessoas tanto para minimizar um pouco da dor e do sofrimento vivido ao longo do tempo quanto para se reproduzirem com dignidade. Nesse processo, a terra é fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário paraibano foi (e continua sendo) marcado ao longo do tempo pela repartição desigual das propriedades privadas da terra, fazendo com que uma grande parcela da população campesina tivesse acesso apenas a uma minúscula parte das terras existentes, acarretando em uma exorbitante concentração fundiária no estado.

O desenvolvimento do território paraibano se deu de leste a oeste, ou seja, do litoral para o interior. Devido às desigualdades sociais existentes, o estado passa também por se caracterizar como um dos princípios da questão agrária no país. A estrutura fundiária da Paraíba esteve fundamentada nos grandes latifúndios, no trabalho escravo e/ou na utilização da mão de obra dos trabalhadores de condição.

As primeiras ligas camponesas surgem em num contexto de redemocratização, logo após a saída do Getúlio Vargas. A primeira liga no estado da Paraíba surgiu em 1958, no município de Sapé – PB, orientado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a princípio intitulada de Associação dos Lavradores e Trabalhadores de Sapé. Os principais objetivos inerentes as Ligas Camponesas de Sapé eram: assegurar assistência social aos foreiros, arrendatários, assalariados e pequenos proprietários rurais.

Ao longo do tempo as ligas passaram por processos de modificação em sua organização e estruturaram ainda mais as suas pautas e reivindicações. A rápida expansão e preocupação com o bem estar social dos camponeses geraram inquietações para reafirmar os seus objetivos e lutar pelos seus direitos. Diante disto, as ligas passaram a oferecer assistência jurídica aos trabalhadores rurais. É importante ressaltar que não foi um processo simples, principalmente por conta da carência de uma legislação específica e do pequeno quantitativo de advogados que se dispuseram a defender os trabalhadores rurais.

O processo de organização da luta pela terra e por direitos dos camponeses e das camponesas na região da comunidade Barra de Antas se deu a partir de incontáveis conflitos. O movimento tomou uma proporção imensa e em determinado momento culminou com o assassinato de João Pedro Teixeira, que teve a sua luta continuada por sua esposa Elizabeth Teixeira.

Com a realização da pesquisa foi possível constatar que as Ligas Camponesas na Paraíba possuíram um papel importante na construção e organização das lutas por terra para os moradores da comunidade. O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas exerce papel fundamental para o processo de politização da população em relação aos problemas

enfrentados e, por conseguinte, a organização dos moradores para pleitear dos gestores públicos progresso para a comunidade.

Também foi possível constatar que as privações da população de Barra de Antas são básicas e apesar das dificuldades, o senso de coletividade faz com que estas pessoas existam e resistam a todas as injustiças sociais. Conforme relatos discutidos ao longo do terceiro capítulo, a melhoria das vias de acesso à comunidade faria uma enorme diferença, favorecendo a sua integração com outros espaços, outros territórios, possibilitando a ascensão socioeconômica dos camponeses e camponesas que vivem na região.

Por fim, percebeu-se que apesar de todas as questões enfrentadas a população permeia o ideal de dar continuidade a luta instituída por João Pedro e Elizabeth Teixeira, fazendo valer todas as conquistas que se firmaram ao longo dos anos de luta exercida pelos moradores de Barra de Antas

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo; **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 1. ed. Campinas-SP: Unicamp, 1992. p. 1-280.
- ALVES, Janicleide. **MEMORIAL DAS LIGAS CAMPONESAS: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Orientadora: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira. 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- AUED, Bernadete Wrublevski. **A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro – PCB – e Ligas Camponesas 1955-64)**. Orientador: José Cláudio Barriguelli. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1981.
- BANDEIRA, L.; MIELE, N.; SILVEIRA, R.. **Eu marcharei na tua luta!: a vida de Elizabeth Teixeira**. 2º ed. Campina Grande, 2012.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, CPT. **Acampamentos, 2003**. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=7&catid=18. Acesso em: 23 jul. 2019.
- CALDART, R. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, v. 15, n.43, set./dez. 2001.
- COMPARATO, B. A ação política do MST. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001.
- DELGADO, G. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.
- DELGADO, G. Questão agrária hoje. In: DELGADO, G.; BERGAMASCO, S. M. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: NEAD, p. 12-21, 2017.
- ENGELMANN, S.; GIL, A. A Questão Agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, n. 2, set. 2012.
- FELÍCIO, M. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Revista de Geografia Agrária – Campo Território**, Uberlândia, v.1, n.2, p.14-30, 2006.

FERNANDES, B. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST (1979 –1999). Tese de livre docência (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>. Acesso em: 23 jul. 2019.

FRASER, M.; GONDIM, S. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GEO PORTAL AESA. Disponível em: <http://geoserver.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/shapes.html>. Acesso em: 20 ago. de 2019.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. (Conferência). Porto Alegre, set. 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GOHN, M. **História dos Movimentos e Lutas Sociais:** a Construção da cidadania dos brasileiros. 4º ed. São Paulo, 2001.

JULIÃO, F. O que são as Ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1962.

LAZZARETTI, M. **Da produção a ação coletiva no MST:** relações de poder e subjetividade. Tese de livre docência (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

LEMO, F. **Nordeste:** o Vietnã que não houve – Ligas camponesas e o golpe de 64. 2º ed. João Pessoa, 2008.

LEPRA, L. **As primeiras Ligas Camponesas e o Triângulo Mineiro.** In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições de desenvolvimento brasileiro”, Uberlândia – MG, 15/19 out. **Anais.** Uberlândia, 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** Tradução - Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARTINS, J. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, MLLC. História das Ligas Camponesas. Disponível em: <http://www.ligascamponesas.org.br/>. Acesso em 01 jul. 2019.

MITIDIERO JUNIOR, M. **A Ação Territorial de Uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba** Tese de livre docência (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.

MOREIRA, E. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, n. 10, p. 72-93, 2007.

MOREIRA, E. Espaço, capital e trabalho no campo paraibano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 147 – 160, 2011.

NUNES, P. G. A. *et al.* **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba – Relatório Final**. João Pessoa, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/arqui/Downloads/CEV-PB_Relat%C3%B3rio%20Final.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019.

OLIVEIRA, M.; GARCÍA, M. LUTA, RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: O MST NA PARAÍBA. **Espaço em Revista**, v. 10, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/13550>. Acesso em: 19 abr. 2021.

A política de reforma agrária no Brasil. Land Action Network. Disponível em: <http://www.landaction.org/spip.php?article529&lang=en>. Acesso em: 20 set. 2019.

PESSOA, Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba: história e memória**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 11º ed. São Paulo, 2019.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 13 jul. 2019.

Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm Acesso em: 15 ago. 2020.

Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, RIMISP. Disponível em: <https://www.rimisp.org/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

RODRIGUES, L. "**Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano**". Tese de livre docência (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, 2018.

SAES, D. **A questão da evolução da cidadania política no Brasil**. São Paulo: Estudos Avançados. v. 15, n. 42, Mai/Ago 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200021. Acesso em: 22 jul. 2019.

SAMPAIO, P. et al. **Proposta do Plano Nacional da Reforma Agrária**. Brasília, MDA/INCRA, 2003.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 1º ed. São Paulo, 1978.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Revista Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, 2014, p. 78.

TARGINO, Ivam; MOREIRA, Emília; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. **Revista Ruris**, v. 5, n. 1., pp. 83 – 117. Campinas, 2011.